25 de ABRIL

SESSÕES SOLENES 2025-2026

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

50 ANOS 25 ABRIL
ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

25 de ABRIL

SESSÕES SOLENES 2025-2026

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

50 ANOS 25 ABRIL
ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

FICHATÉCNICA

TÍTULO
25 de Abril | Sessões Solenes

Edições Assembleia da República

REVISÃO
Maria da Luz Dias e Susana Oliveira

DESIGN E PAGINAÇÃO
TVM Designers

ISBN 978-972-556-831-6

Lisboa, abril 2025
© Assembleia da República.
Direitos reservados
nos termos do artigo n.º 52
da Lei n.º 28/2003, de 30 de julho

ÍNDICE GERAL

Sessão Solene Comemorativa do 25 de Abril e do L Aniversário da Eleição da Assembleia Constituinte — 2025	7
Sessão Solene Comemorativa — 25 de Abril de 2026	41
Índice de Oradores por Sessão	85
Índice de *Diários da Assembleia da República*	87

2025

O Sr. **Presidente**: — Declaro aberta a Sessão Solene Comemorativa do LI Aniversário do 25 de Abril de 1974 e do L Aniversário da eleição da Assembleia Constituinte.

Hoje, excecionalmente, temos um primeiro ponto referente ao Voto de Pesar n.º 610/XVI/1.ª (apresentado pelo PAR e subscrito por 1 Deputada do PS) — Pela morte do Papa Francisco, que passo a ler:

«No passado dia 21 de abril, o Papa Francisco partiu, aos 88 anos, após meses de sofrida doença respiratória e cardíaca.

Natural de Buenos Aires, onde foi sacerdote jesuíta e bispo, foi eleito Papa a 13 de março de 2013. Os seus 12 anos de pontificado representaram, para a Igreja e para o mundo, um decisivo apelo à fraternidade, à misericórdia e à paz.

As encíclicas sociais e ecológicas que escreveu colocaram no centro do debate público mundial conceitos como a "amizade social", a "fraternidade universal" e a "ecologia integral". Convidou-nos a uma reflexão crítica sobre a tecnologia, a relação com o mundo criado, a anomia social e o sistema económico.

Valorizou as culturas vernáculas, em face da força uniformizadora da globalização. Promoveu importantes projetos, como o Encontro Mundial dos Movimentos Populares, as *Scholas Occurrentes* e a Economia de Francisco (inspirada em São Francisco de Assis), através dos quais procurou convidar a que se desbravassem novos caminhos de convivência humana.

Apoiou, com palavras e gestos, os mais pobres de entre os pobres. Visitou prisões e hospitais, campos de refugiados e bairros degradados. Em 2015, proclamou o Jubileu Extraordinário da Misericórdia, não a partir de Roma, mas de Bangui, na República Centro-Africana. Quatro anos depois, beijou os pés dos líderes de três grupos armados do Sudão do Sul, num gesto profético de defesa da paz.

Realizou 47 visitas apostólicas, a 67 países. Esteve em Ur, terra natal do patriarca Abraão, de onde lançou um poderoso apelo ao diálogo com judeus e muçulmanos. Assinou, com o Grande Imã de Al-Azhar, um relevante documento inter-religioso sobre a fraternidade humana. Visitou todos os continentes habitados, dando preferência às periferias e alargando o alcance da voz da Igreja.

Repetia com frequência que "não vivemos uma época de mudanças, mas uma mudança de época" e alertava para a consumação de "uma guerra mundial em pedaços". Defendeu com coragem a dignidade de toda a vida humana, tendo sido responsável por uma revisão do Catecismo da Igreja Católica que condenou a pena de morte em todas as circunstâncias. Sustentava também que a política, "quando vivida como serviço, é a mais alta forma de caridade".

Todos recordamos o modo como atravessou, com solitária decisão, uma Praça de São Pedro vazia, para declarar, no ponto mais dramático da pandemia de covid-19, que "ninguém se salva sozinho".

Era, além de tudo o mais, um bom amigo de Portugal. Criou quatro cardeais portugueses — um número histórico — e visitou por duas vezes o nosso país: em 2017, para o centenário das Aparições de Fátima e a canonização dos Pastorinhos Francisco e Jacinta Marto e, em 2023, para a Jornada Mundial da Juventude.

A Assembleia da República, reunida em Plenário, manifesta profundo pesar pela morte do Papa Francisco. Aos católicos, que choram a partida do seu pastor universal, endereça votos de sentidas condolências. A todas as pessoas que, independentemente da sua fé, nele encontraram uma referência espiritual e moral, dirige uma palavra de solidariedade.
O legado do Papa Francisco — como pastor e líder religioso, mas também como estadista e responsável político — continuará revestido de significado e atualidade, particularmente no contexto que o mundo atravessa.»

Srs. Deputados, vamos votar o voto que acaba de ser lido.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do Deputado não inscrito Miguel Arruda.

Vamos guardar 1 minuto de silêncio.

A Câmara guardou, de pé, 1 minuto de silêncio.

Vamos, agora, entrar no ponto dois da nossa ordem do dia, com as intervenções.
Para uma primeira intervenção, dou a palavra à Sr.ª Deputada Inês de Sousa Real, do PAN.

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro e demais Membros do Governo, Ilustres Entidades, Altas Autoridades, Distintos Convidados, antigos Presidentes da República, Sr.as e Srs. Deputados: Ao celebrarmos hoje o 25 de Abril, é incontornável lembrarmos referências que construíram e mudaram o rumo da história, seja em Portugal, com Maria Teresa Horta ou o Capitão de Abril, Coronel Matos Gomes, seja a nível global, com Sua Santidade, o Papa Francisco. E maior justiça não lhes podemos deixar de fazer ao celebrar aqui, no Parlamento, e nas ruas, sobretudo quando continuamos a enfrentar, global e nacionalmente, desafios democráticos, humanitários e até climáticos.

É por isso urgente celebrar Abril e é urgente a esperança na democracia. Há precisamente 50 anos, o projeto democrático português cimentou-se com as primeiras eleições livres. Neste ano em que somos chamados novamente às urnas, sabemos que os portugueses estão cansados da instabilidade política que tem sido vivida e que tem deixado as suas vidas em suspenso. Mas não podemos permitir que desapareça da memória coletiva um tempo, não assim tão distante, em que vivemos em ditadura e os retrocessos que isso representou e que pode representar para a vida das pessoas. Saibamos, pelo menos aqueles que acreditamos no Estado de direito, renovar, por isso, no espírito das pessoas, a esperança na democracia.

Mas Abril é também esperança na paz. Se lá fora a Ucrânia continua a lutar contra a invasão russa e pela liberdade, na Palestina continuam a resistir, apesar dos constantes massacres humanitários que continuam a sofrer diariamente. Temos também uma guerra comercial, começada por um presidente dos Estados Unidos que tem mais apreço a ditaduras do que a regimes democráticos.

Em Portugal temos também uma guerra silenciosa que não dá tréguas.

Senhoras e Senhores, em 2024 foram mais de 30 000 as queixas por violência doméstica. Os crimes de violação aumentaram em 10 % e os crimes sexuais contra crianças, nos últimos três anos, 46 %. Mais do que números, são casos reais. São mulheres, crianças e jovens a quem faltou a liberdade, a quem falharam os valores de Abril, a segurança e a igualdade que Abril lhes prometeu. E esta, sim, é a verdadeira insegurança nacional que é urgente combater.

Assim como também não podemos fechar os olhos à pobreza que afeta, em particular, mães com crianças, idosos remediados e remetidos ao esquecimento e abandono, que tantas vezes têm apenas por companhia os seus animais.

E 51 anos após a Revolução dos Cravos é urgente fazer com que a sua promessa — a promessa de Abril, de liberdade e de justiça social — chegue a todas as pessoas, todas sem qualquer exceção, independentemente do seu género, da sua orientação sexual, da cor da pele ou da sua situação económica, porque Abril é também fraternidade.

Quando enfrentamos uma crise climática sem precedentes e também a impunidade da crueldade contra outros seres como os animais, não posso deixar de recordar a mensagem poderosa do Papa Francisco na sua encíclica *Laudato Si'*, uma chamada à ação para proteger a nossa casa comum, um apelo para sermos responsáveis não apenas uns pelos outros — todos, todos, todos, sem exceção —, mas também pelo planeta que habitamos e pelos animais.

Gostaria, por isso, de terminar evocando as suas palavras. O Papa Francisco recordou que quando o coração está verdadeiramente aberto à comunhão universal, nada e ninguém fica excluído desta fraternidade, portanto, é verdade também que a indiferença ou a crueldade com as outras criaturas deste mundo sempre acabam, de alguma forma, por repercutir-se no tratamento que reservamos aos outros seres humanos.

Sr.as e Srs. Convidados, que mais se não Abril pode ser esta mesma fraternidade; esta fraternidade de esperança e de respeito por todas e todos, pelas pessoas e pelos animais e, sobretudo, pela nossa casa comum.

Viva o 25 de Abril! Viva a liberdade!

Aplausos do PS, do BE e do L e de Deputados do PSD e da IL.

O Sr. **Presidente**: — Tem agora a palavra, para uma intervenção em nome do CDS-PP, o Sr. Deputado Paulo Núncio.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro e restantes Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados, Excelentíssimos Convidados, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Começo por evocar o Papa Francisco, atentas as circunstâncias que vivemos. Um homem que cativou crentes e não crentes, pela simplicidade, fé, entrega e humanismo. Um peregrino da esperança. Um pastor humilde e corajoso. Uma testemunha incansável da misericórdia, que conduziu a Igreja com sabedoria, com paixão e espírito missionário, especialmente

presente nos pobres, nos doentes e em todos os que sofrem. Um Papa que denunciou a cultura do descarte e celebrou, com o seu próprio exemplo, uma cultura de e pela vida. O Papa Francisco foi um peregrino do bem e um digno sucessor de Pedro. Por isso, a minha primeira palavra é de reconhecimento e de agradecimento pela vida e pelo testemunho luminoso do Papa Francisco.

Aplausos do CDS-PP, do PSD e de Deputados do CH e da IL.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, neste 25 de Abril de 2025, não celebramos apenas a queda de um regime autoritário sem soluções internas ou externas. Lembramos outra data importantíssima: os 50 anos das primeiras eleições livres e democráticas em Portugal.

Recordamos o entusiasmo sem par dos portugueses: 92 % foram às urnas, decidindo voto a voto o destino da sua nação pela primeira vez. 25 de Abril de 1975, o dia em que se conferiu a vontade popular e para sempre ficou à vista que o povo português queria uma democracia europeia e ocidental e não queria uma tutela político-militar no regime democrático.

É bom lembrar que houve quem não quisesse que as eleições se realizassem.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Houve quem apelasse à abstenção e quem impedisse partidos políticos de concorrerem. E os mais radicais do 11 de março diziam, e cito: «As conquistas da revolução não podem ser postas em causa pela via eleitoral.» Para uma minoria era um voto condicionado, mas para a larga maioria era, e só podia ser, um voto inteiramente livre.

Vozes do CDS-PP e do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Há 50 anos, o povo português assumiu definitivamente o seu estatuto soberano e derrotou todos aqueles que se tentavam apropriar da revolução e que se diziam donos e senhores da vontade popular.

No dia 25 de abril de 1975, o povo português confirmou que tinha maturidade política, ao contrário do que pensava o antigo regime, e sublinhou que pensava e votava livremente, ao contrário do que pretendia a ala radical do MFA (Movimento das Forças Armadas) e a extrema-esquerda.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, o CDS esteve em risco de não concorrer às eleições da Assembleia Constituinte.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Agora está igual!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Lembro, por isso, os 16 Deputados democrata-cristãos que foram eleitos, apesar da violência, apesar das ameaças e apesar dos cercos. Mas como disse na altura Adelino Amaro da Costa, não se pode construir uma democracia em Portugal sem o CDS.

O testemunho dos Deputados do CDS foi essencial para marcar a diferença e afirmar o personalismo nos debates da Constituinte. O nosso voto contra uma Constituição muito marcada pela visão socialista e até marxista das políticas económicas e sociais e pela tutela do Conselho da Revolução estava certo e muitos o reconheceram depois.

A Constituição foi sendo revista, adaptada e alterada. E de cada vez que foi revista, melhorou. Quer dizer que o CDS viu mais longe e antecipou a história nesse corajoso voto fundador. Como afirmou Victor Sá Machado na declaração de voto: «Votámos contra um documento paternalista que amarrava o texto constitucional ao socialismo.» E por isso, o voto contra do CDS foi um verdadeiro hino à liberdade e à democracia pluralista em Portugal.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, o povo votou como quis em 25 de abril, mas ainda faltava o denominado "Verão Quente de 75", uma tentativa de sequestrar a liberdade política e a liberdade económica em Portugal.

Por isso, celebramos igualmente, este ano, os 50 anos do 25 de Novembro.

Vozes do CDS-PP e do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Como o CDS sempre insistiu, os dois «25» são continuação um do outro: em Abril ganhámos a liberdade, em Novembro evitámos perdê-la.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Por iniciativa do CDS, esta Casa, a Casa da democracia, celebra anualmente a vitória da liberdade e da democracia pluralista sobre os extremismos nas urnas e nos quartéis.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, em menos de um mês, Portugal voltará às urnas. Como são as terceiras eleições em quatro anos, há quem tema um regresso à instabilidade crónica da 1.ª República. E por isso, a AD (Aliança Democrática) — coligação PSD-CDS — pede aos portugueses para não deixarem a estabilidade nas mãos das oposições que se entendem para destruir, mas não para construir.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

Protestos da Deputada do CH Felicidade Vital.

Em 11 meses, houve um Governo AD que aumentou salários, melhorou pensões, reduziu impostos, trabalhou pela paz social, decidiu obras importantes, garantiu crescimento bem acima da média europeia. E tudo isto com excedente orçamental e com a dívida pública a descer. É isto que anima a classe média portuguesa a reforçar a sua votação na AD nas próximas eleições. E é isto que preocupa e assusta as oposições:...

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

... um centro-direita que é moderado na política, bem-sucedido na economia, justo no social, regulador na imigração e certo — certinho! — nas contas públicas. É isto que assusta e preocupa as oposições.

E quero lembrar-vos, Srs. Deputados, que desde 1979, a fórmula AD — iniciada por Sá Carneiro e Pinto Balsemão, Freitas do Amaral e Amaro da Costa e Gonçalo Ribeiro Teles — nunca perdeu eleições legislativas. Ficou sempre em primeiro lugar. É a preferência do país. E voltará a sê-lo, porque todas as supostas alternativas implicam ou implicariam riscos severos de extremismos.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Onde é que está o PPM (Partido Popular Monárquico)?

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, o 25 de Abril abriu a democracia pluralista em Portugal. A 18 de maio, os portugueses vão escolher entre avançar ou retroceder. Estamos confiantes — avançaremos!

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

Vozes do CH: — Avante, camarada!

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção em nome do Livre, vai usar da palavra a Sr.ª Deputada Isabel Mendes Lopes.

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Presidente da República, Sr. Presidente Ramalho Eanes, Dr.ª Manuela Eanes, Sr.as e Srs. Membros do Governo, Sr.as Deputadas, Srs. Deputados, Estimados Capitães de Abril — e aproveito para fazer uma homenagem a Carlos Matos Gomes, Manuel Barbosa Pereira e Carlos Contreiras, que nos deixaram este ano —, ...

Aplausos do L, do PS, do BE, do PCP e do PAN e de Deputados do PSD e da IL.

... Estimadas Convidadas e Convidados, Caras e Caros Jornalistas, Caras e Caros Concidadãos: Há casos que fazem história. Alguém consegue imaginar o nosso 25 de Abril sem cravos? É que os cravos foram um acaso. A data foi planeada, os percursos foram planeados, as senhas foram planeadas, as músicas foram planeadas, mas os cravos não foram planeados.

Se o dono do restaurante onde Celeste Caeiro trabalhava não tivesse escolhido cravos vermelhos para enfeitar o restaurante no seu primeiro aniversário; se não tivesse decidido não abrir o restaurante, porque estava aí uma revolução; se Celeste Caeiro não tivesse ido buscar os cravos para não se estragarem; se não tivesse dado um cravo, do molho que levava, ao soldado que lhe pediu um cigarro; se o soldado não tivesse posto o cravo no cano da espingarda, a nossa Revolução de Abril não seria a Revolução dos Cravos. Celeste Caeiro, por um acaso, transformou a nossa revolução mais bela na Revolução dos Cravos e tornou esta flor no símbolo da liberdade.

Aplausos do L, do PS, do BE e do PCP.

Foi um acaso, mas não foi uma coincidência. E não foi uma coincidência porque Celeste Caeiro tinha noção do momento que se estava a viver. Noção do que Portugal era e do que tinha sofrido durante aqueles 48 anos de ditadura. Noção do que aquela manhã de 25 de abril representava para o país. E Celeste Caeiro não estava sozinha no perceber a importância daquela manhã.

Protestos do Deputado do CH Pedro dos Santos Frazão.

Os milhares de pessoas que se juntaram aos militares e, contra todas as indicações, encheram as ruas de Lisboa, também perceberam que viviam um momento extraordinário que alteraria o país para sempre e por isso estavam lá, também a fazer aquele momento.

E passado um ano, a noção do extraordinário continuava. Nas primeiras eleições livres em Portugal, faz hoje exatamente 50 anos, as filas para votar eram imensas, com mais de 92 % de afluência às mesas de voto — as eleições para a Assembleia Constituinte que nos deu a nossa Constituição. As primeiras eleições onde o voto das mulheres foi finalmente assegurado em toda a sua plenitude, em verdadeira igualdade, onde todas as mulheres puderam votar «sem mas nem meio mas», fossem patroas ou criadas, fossem solteiras ou casadas, soubessem ou não ler.

E é destas ações, planeadas ou por acaso, individuais e coletivas, que a história se vai fazendo. E nós estamos agora a fazer a nossa história e a construir a história do nosso futuro. Nesta altura em que tanto à nossa volta parece tão ameaçador, é mesmo importante termos noção do momento que estamos a viver. É que o momento não parece apenas ameaçador, o momento é mesmo ameaçador. E como disse o Papa Francisco, estamos a viver não simplesmente «uma época de mudanças, mas uma mudança de época». E a história mostra-nos como é tão fácil sermos apanhados de surpresa pelas mudanças, como é fácil cair em ditadura, como é fácil quem quer usar o poder para si tomar conta do poder, como é fácil mesmo quando os sinais estão todos lá. Foi o que aconteceu há 100 anos — e que nos levou a 48 anos de ditadura em Portugal e a um dos períodos mais terríveis da história europeia — e é o que está a acontecer agora.

Os sinais estão todos aí, dentro e fora de Portugal: o discurso de ódio que desumaniza o outro e que nos quer pôr uns contra os outros; o atacar das instituições democráticas; o descrédito da política; o ataque à imprensa e aos jornalistas; a falta de palavra e de ética; o descrédito da ciência e do

conhecimento; o desejo expresso de expandir fronteiras, que devemos levar muito a sério; a promiscuidade entre poder político e homens com fortunas maiores do que muitos países.

Os nossos anos passados não eram diferentes de nós, mas nós temos a vantagem de termos mais de 100 anos de história para dela aprendermos e para estarmos à altura do nosso momento, que é o agora. Isso passa por não aceitarmos as injustiças ao nosso lado, por olharmos para as pessoas à nossa volta com empatia, por não aceitarmos a mentira, a chantagem, o corromper das instituições.

Aplausos do L, do PS, do BE e do PCP.

Mas passa por mais. Passa por mais, porque este não é apenas um momento de nos defendermos das ameaças à nossa volta, é também um momento em que definimos a nossa história. E a nossa história pode ser boa se todas e todos estivermos à altura do nosso momento, com as nossas ações, com as nossas palavras, com o nosso trabalho, com a nossa imaginação, com o nosso voto.

A energia do pós-25 de Abril, que nos deu o nosso SNS (Serviço Nacional de Saúde), a nossa Constituição, a nossa escola pública, que resgatou Portugal de décadas de atraso, é a energia que precisamos para trabalhar pelo país que sabemos ser possível, na Europa que sabemos ser possível, no mundo que sabemos ser possível.

Um Portugal mais livre, onde as oportunidades e os sonhos não dependam do lugar onde se nasce ou da família em que se nasce, onde o conhecimento ande de mãos dadas com a cultura, com a experiência, um Portugal onde seja bom viver.

Este é o momento para fazermos história, a nossa história, contigo, comigo, connosco. E não é preciso ser tão destemido como Salgueiro Maia, como os nossos Capitães de Abril, não é preciso ser tão criativo como Zeca Afonso ou Maria Teresa Horta. Mas podemos fazer um gesto tão simples como o gesto de Celeste Caeiro, e que mudou tudo, ou um gesto tão simples como o de milhões de pessoas que há 50 anos saíram de casa para votar. O voto que é tão fácil de fazer, mas que tanto custou a ganhar. O voto que ainda não nos tiraram e, no que depende de nós, nunca tirarão.

Votem como se a nossa vida e a nossa liberdade dependessem disso, porque, na verdade, dependem.

Hoje, vamos ser muitos, muitos milhares na avenida da Liberdade e nas ruas de todo o país, de cravos na mão, de cravos na lapela, de cravos nos cabelos, os cravos que Celeste Caeiro nos deu. Seremos muitos, muitos milhares a celebrar Celeste Caeiro e todas as pessoas que, de uma forma planeada ou por acaso, fizeram Abril.

A celebração do 25 de Abril não se cancela, não se adia.

Aplausos do L, do PS, do BE, do PCP e do PAN.

A liberdade não se festeja com reservas, muito pelo contrário: a liberdade festeja-se de forma plena, juntos e juntas. E seremos muitos, muitos milhares, porque nós sabemos a importância do momento que vivemos e queremos fazer história em conjunto.

E, por isso, viva a liberdade sem reservas, viva Portugal livre, viva o 25 de Abril!

Aplausos do L (de pé), do PS, do BE, do PCP e do PAN.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado António Filipe, do Partido Comunista Português, tem a palavra.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro e demais Membros do Governo, Srs. Presidentes dos Tribunais Superiores, Srs. Deputados, Ilustres Convidados: Neste dia em que a festa nacional pela democracia coincide com o luto nacional pelo falecimento do Papa Francisco, queremos expressar, em nome do PCP, o nosso pesar e as nossas condolências a todos os católicos e à sua Igreja e assinalar o nosso apreço e profundo respeito pela ação do Papa Francisco a favor do diálogo e contra a intolerância e de grande proximidade às causas da paz e de defesa dos direitos económicos e sociais dos excluídos desta sociedade submetida a interesses financeiros.

Há 51 anos, os militares de Abril, culminando a longa resistência do povo português, libertaram Portugal de uma ditadura terrorista de 48 anos que, baseada na corrupção, na supressão das liberdades e num odioso aparelho repressivo ao serviço de uma oligarquia monopolista, condenou o país à miséria e ao obscurantismo e sacrificou toda uma geração de jovens portugueses numa guerra sem fim à vista.

E há precisamente 50 anos, no cumprimento do Programa do Movimento das Forças Armadas, 91,6 % dos portugueses maiores de 18 anos votaram pela primeira vez em liberdade. Homens e mulheres, sem discriminações, acorreram em massa para eleger a Assembleia Constituinte, cujos membros souberam desempenhar, com sabedoria e em consonância com os sentimentos profundos do povo que os elegeu, a honrosa tarefa de elaborar a primeira Constituição verdadeiramente democrática da nossa história e que temos o dever irrenunciável de defender e de fazer cumprir.

Aplausos do PCP, do BE, do L e de Deputados do PS.

A maioria dos que então votaram já não estão entre nós, mas deixaram para a história um testemunho de empenhamento cívico, de alegria com o exercício das liberdades, de esperança na construção de uma vida melhor, que, 50 anos passados, temos o dever de transportar no presente e para o futuro e de lutar para que essa esperança não seja traída.

Neste dia em que celebramos a liberdade e a democracia, é dia de homenagear os militares de Abril e os Deputados Constituintes, sem nunca esquecer os resistentes antifascistas que, enfrentando a repressão, a prisão, a tortura e sacrificando até a própria vida, se dispuseram a sofrer tudo para que todos nós, conquistada a liberdade por que lutaram, pudéssemos lutar pelas nossas convicções sem ter de passar pelas provações que eles passaram.

Aplausos do PCP, do BE, do L e de Deputados do PS.

Para muitos portugueses, o momento que vivemos pode ser de desencanto, de deceção e de descrença — desencanto com o incumprimento de promessas feitas e com o defraudar de expetativas

criadas; deceção com uma ação governativa distante das promessas feitas e insensível às reais preocupações das pessoas; descrença em relação a uma prática política que não contribui para a resolução dos problemas do povo e do país.

A democracia está hoje sob a ameaça dos que a tentam denegrir e destruir as suas conquistas. Mas a luta de muitas décadas do povo português pela liberdade e a democracia, as transformações progressistas conquistadas na Revolução de Abril, a capacidade de luta já demonstrada em numerosas situações pelos trabalhadores e pelas populações em defesa dos seus direitos e a vitalidade com que a afirmação dos valores de Abril se encontra presente nas novas gerações são razões de confiança em que a democracia portuguesa tem força suficiente para derrotar os seus inimigos. Razões de confiança que hoje, como ontem, evidenciam que está nas mãos do povo e na sua ação a realização dessa vida melhor que Abril iniciou.

Nos antípodas de uma direita retrógrada, obscurantista e profundamente reacionária existem capacidades e a coragem necessária para afirmar os valores da democracia e para que o justo descontentamento social se assuma como uma força de luta por transformações sociais de sentido progressista.

A alternativa terá de ser construída por aqueles que, com coragem e coerência, lutam por uma política que valorize o trabalho e os trabalhadores, que respeite os direitos económicos, sociais e culturais do nosso povo, que lute pela paz e pela independência nacional.

A democracia defende-se e afirma-se nas lutas dos trabalhadores, que nas empresas e locais de trabalho lutam por melhores salários e por condições de trabalho mais dignas; nas lutas das populações por melhores condições de acesso ao Serviço Nacional de Saúde; nas lutas dos reformados por melhores condições de vida; nas manifestações pelo direito à habitação; nas lutas dos estudantes contra as propinas e pelo acesso à educação e ao ensino; nas lutas pelo direito à criação e fruição cultural; nas lutas das mulheres pela igualdade; nas lutas contra o racismo e a xenofobia e contra todas as discriminações e formas de violência; na resistência a uma extrema-direita arrogante e obscurantista que, dizendo-se contra o sistema, representa o pior do sistema;...

Aplausos do PCP, do BE, do L e de Deputados do PS.

Protestos do CH.

... nas grandiosas comemorações populares do 25 de Abril e do 1.º de Maio; na resistência a uma eurocracia oligárquica e cada vez mais afastada dos povos; nas manifestações pela paz, contra todas as guerras e contra a normalização do extermínio do povo palestiniano às mãos do sionismo;...

Aplausos do PCP, do BE, do L, do PAN e de Deputados do PS.

... e nas eleições, transformando as lutas em votos e dando mais força aos que nesta Assembleia da República, nos versos do poeta comunista e Deputado Constituinte Manuel Gusmão, representam

«a esperança que não fica à espera» e têm a coragem de nunca desistir de transformar em certezas as melhores esperanças de Abril.

Viva o 25 de Abril! Viva Portugal!

Aplausos do PCP, do PS, do BE, do L e do PAN.

O Sr. **Presidente**: — Sr.ª Deputada Mariana Mortágua, do Bloco de Esquerda, faça favor.

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados, Caros Capitães de Abril e restantes Convidados: Na vila de onde eu venho há uma feira anual com 445 anos de história.

Em criança, lembro-me que esperávamos ansiosos pelos primeiros camiões que traziam os carros-séis e, a partir daí, as estacas e as bancas iam-se estendendo pelas ruas: os cestos ficavam em frente ao castelo, os frutos secos na rua da escola, as roupas iam até à fábrica das peles e, no centro de tudo, o largo da feira, que sempre conheci com o mesmo nome — Largo General Humberto Delgado.

Naquele largo, corri entre crianças desassombradas que nunca tiveram de fugir ou aprender a medir as palavras. Com o tempo, percebi que no Alentejo basta olhar para trás do ombro para ver as marcas da miséria e da violência, que não estão assim tão distantes.

Na casa onde cresci vivia um homem que não era alentejano, mas cujas histórias de pobreza, trabalho e resistência ouvi como testemunhos de uma outra vida. O 25 de Abril foi o dia mais feliz da sua vida e, agora que penso nisso, o dia mais feliz para toda a gente que entrava em nossa casa em Alvito.

Hoje, dia 25 de Abril, celebramos os 51 anos da Revolução, porque a democracia tem de saber o dia em que nasceu.

O Governo entender que esta celebração pode ser adiada é só a triste confirmação de que nem o dia mais feliz consegue iluminar todo o futuro de um povo.

Aplausos do BE, do PCP, do L, do PAN e de Deputados do PS.

Durante meio século, a Revolução de Abril estancou a peste do racismo e do autoritarismo e, por isso, aos Capitães de Abril e a todos os que lutaram quero dizer obrigada. Cumpriram a vossa missão, agora é a nossa vez. Este é o tempo que nos calhou viver.

Aplausos do BE, do L e de Deputados do PS.

Protestos do CH.

Eu espero.

Depois de quebrar promessas e devastar o legado de gerações, o capitalismo saiu da crise mostrando o que vale, rindo-se das desigualdades e dividindo os povos.

Essa política gerou os seus políticos: Donald Trump, Javier Milei, Giorgia Meloni, Viktor Órban. Eles levantam a motosserra para dizer quem está primeiro e quem fica para trás, decidem as palavras que se gritam e as que são apagadas e escolhem que mortes são legítimas.

A Sr.ª **Felicidade Vital** (CH): — Vocês não apagaram nada!...

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — Os novos devotos dessa política são os seus maiores fanáticos, a começar pelos donos das máquinas de consenso que dominam as redes de comunicação social, os algoritmos que pervertem interações, manipulam comportamentos e viciam a informação.

Protestos de Deputados do CH.

Uma oligarquia planetária que impõe uma concentração de riqueza nunca vista pela humanidade, enquanto faz submergir no desespero áreas cada vez mais vastas da Terra.

Protestos do CH.

Os descartáveis contam-se aos milhões.

Há um ano, foi aqui denunciado o genocídio iniciado por Israel na Palestina. Desde esse dia, o Estado de Israel matou mais 17 000 pessoas na Faixa de Gaza, em grande parte crianças.

O Sr. **Ricardo Dias Pinto** (CH): — E não eram do partido!...

A Sr.ª **Felicidade Vital** (CH): — Coitadinha! Chora!

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — A indiferença da Europa perante o crime a que assiste em direto prova que a política dos novos fascismos faz caminho.

Quando olhamos para gente como nós e não nos reconhecemos, não foram eles que perderam a humanidade, fomos nós. E é por isso que Gaza é a fronteira da humanidade.

Aplausos do BE, do PS, do PCP, do L e do PAN.

Os descartados estão sob os escombros de Gaza e de Odessa, em campos de concentração para migrantes nas fronteiras da Europa, na pobreza extrema de África, nos guetos sociais.

E, quando nos falam das maravilhas da inovação industrial proporcionada pela corrida aos armamentos e nas vantagens de poupar em cuidados de saúde e na transição climática para investirmos mais em mísseis, começamos a perceber que qualquer um de nós, ou dos nossos filhos, pode tornar-se descartável.

Sr. Primeiro-Ministro, de que serve adiar as comemorações do 25 de Abril se as palavras de Francisco são tão cinicamente ignoradas? As últimas que disse, denunciando o delírio da guerra, e

especialmente as pronunciadas em Lisboa — «todos, todos, todos». Incluindo os sobreviventes na Palestina, as pessoas ciganas, as mulheres, os migrantes.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, o 25 de Abril cumpriu-se com o fim da censura e com as eleições livres, as primeiras em que as mulheres votaram em igualdade. Mas a força da derrota da ditadura perdurou porque foi inscrita num texto que até hoje é rejeitado pelos herdeiros de Salazar, a Constituição. Ela não foi só uma carta de liberdades — e foi! —, ela traduziu uma ideia de país que se realizava já pelas mãos do povo.

O 25 de Abril de 1974, a libertação, e o 25 de Abril de 1975, as eleições, são a democracia e o voto livre, mas são também uma ideia de país. Um povo que jurou nunca mais ter de medir as palavras que não sabia sequer escrever e que decidiu que a escola, a saúde e a casa eram para «todos, todos, todos».

Aplausos do BE, do PS e do L.

E o 25 de Abril também é uma ideia de mundo, também é como olhamos o mundo a partir de Portugal.

Vamos comemorar este ano os 50 anos das independências africanas. Há 50 anos, as feridas da guerra colonial estavam bem abertas, depois da barbárie do racismo feito extermínio e do regresso traumatizado de milhares de portugueses.

E foi nesse momento difícil que Portugal soube constituir-se como país da paz, que não ameaça ninguém nem é ameaçado por ninguém, de respeito pelo direito dos povos à autodeterminação e de desejo de cooperação sem blocos militares.

Hoje, é esse 25 de Abril que fala contigo, com confiança e sem rancor, a ti que cresceste em liberdade e não vês que mais tem para te dar a democracia.

Esse 25 de Abril ainda está aqui. Perante o sequestro do mundo pelos novos militarismos, pelos impérios assanhados em guerras comerciais e pela disputa de áreas de influência, declaramo-nos herdeiros dessa vontade de Portugal no mundo, desse testemunho atual.

É esse 25 de Abril que te fala a ti, a quem pediram que aguentasses a troica, a pandemia e a inflação e agora tens 30 ou 40 anos e contas trocos para pagar a casa.

É esse 25 de Abril que te fala a ti, que não poupaste uma hora de descanso para que os teus filhos pudessem estudar, e tudo o que ficou é o orgulho de teres conseguido. Muito mérito, mas muito pouco dinheiro.

É esse 25 de Abril que te fala a ti, que fizeste tudo certo para no fim sair tudo errado, e a ti, que só conheceste a sorte de um jogo viciado.

A imaginação de um Portugal justo e solidário, esse 25 de Abril ainda está aqui.

Admiro os jovens que hoje olham apreensivamente as ameaças do novo fascismo. Ao contrário de mim quando tinha a tua idade e aprendia a ser gente no Largo General Humberto Delgado, tu hoje sabes perfeitamente que a democracia não está vacinada contra o mal do nosso tempo.

Vês o discurso de ódio a entrar pelos pátios da escola, pela rua, pelo telemóvel e, apesar dessa ameaça e dessa apreensão, trazes a liberdade na mão.

Este é o tempo que nos calhou viver e, para o enfrentar, temos connosco o segredo que Celeste Caeiro um dia contou a Portugal: num cravo cabe outro mundo.

Viva a Revolução! Viva o 25 de Abril!

Aplausos do BE, do PS, do PCP e do L.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Rui Rocha, da Iniciativa Liberal, tem a palavra.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Hoje sem gaivotas!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, demais Membros do Governo, Srs. Deputados, Ilustres Convidados: Celebram-se hoje 50 anos sobre o dia em que se realizaram em Portugal as primeiras eleições livres após a queda da ditadura. Este 25 de Abril é, por isso, um dia que merece dupla celebração.

Foi naquele 25 de abril de 1975 que os portugueses disseram, pela primeira vez e sem margem para dúvidas, que não queriam viver sob regimes autoritários.

Estávamos em pleno PREC (Processo Revolucionário em Curso), poucos dias depois das catastróficas nacionalizações, cujas trágicas consequências se fariam sentir durante muitos anos.

Hoje, temos liberdade política, de expressão, de imprensa, religiosa. Avançámos muito nestes 50 anos. Mas também é verdade que ainda temos um longo caminho a percorrer.

Na saúde, há portugueses que podem escolher o seu médico, clínica ou hospital, mas há outros portugueses que não têm recursos para pagar do seu bolso a liberdade de escolher. A esses, os mesmos vendedores das promessas estafadas de sempre respondem que o SNS tem de estar no centro. O SNS está no centro, mas esses portugueses continuam durante meses ou anos à espera à porta do SNS.

Vozes da IL: — Muito bem!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Na habitação, cada vez mais portugueses enfrentam a escassez criada por décadas de intervencionismo, burocracia, regulamentos infindáveis e carga fiscal injusta.

A habitação é um bem essencial, dizem todos. Mas os impostos sobre a habitação continuam a ser os impostos que se aplicam aos bens de luxo.

A habitação é um bem essencial, proclamam todos. Mas os portugueses continuam durante meses ou anos à espera à porta de serviços de urbanismo, que têm todo o tempo do mundo para assegurar toda a burocracia do mundo, para que lhes seja aprovada uma licença para poderem começar a construir.

Na educação, o futuro dos jovens cujas famílias não têm recursos financeiros que lhes permitam escolher a escola continua a ser ditado pelo código postal.

O código postal em Portugal pode condenar tantos a frequentar uma escola degradada, uma escola onde chove na sala de aula, uma escola onde não há professores, uma escola onde não há condições para ter aulas de educação física quando está mau tempo.

Moras do lado certo da avenida, tens futuro. Moras do lado errado da avenida, não tens elevador social.

O país continua a não ser para jovens. Mais de 20 % dos jovens portugueses estão desempregados e os que trabalham, em geral, recebem cerca de 1000 €.

Segundo os dados mais recentes do Eurostat, Portugal é o 5.º país da União Europeia onde os jovens têm mais dificuldade em sair de casa dos pais.

O índice «Pessoas que vivem com os pais ou que continuam a beneficiar do rendimento do agregado familiar» revela que, em 2024, em Portugal havia mais de 62 % de jovens entre os 18 e os 34 anos que estavam nesta situação. E, se estivermos a falar de jovens dos 16 aos 29 anos, são então perto de 80 %.

Temos ainda gerações de portugueses — os entalados —, que têm entre 36 e 67 anos de idade, que suportaram todas as crises, uma atrás da outra, e sabem que continuarão a ser esmagados pelos impostos até à reforma, que os penalizará ainda mais, se nada entretanto for feito.

Há ainda 1,2 milhões de votos que não contaram para eleger Deputados nas últimas eleições. E tantos ainda que votam em segundas opções porque sabem que a sua verdadeira escolha não elege.

Cinquenta anos depois do dia das primeiras eleições livres, continuamos a aceitar como válida esta menorização do voto de tantos cidadãos portugueses. Até quando? É a pergunta que vos deixo.

Chegámos a meio século de democracia e, afinal, parte do que Abril prometia ainda está tão longe de se cumprir.

Para que Portugal possa aspirar a subir a sua qualidade de vida e a dos seus cidadãos é preciso, é urgente, é essencial reformar o Estado. Todos o sabemos. Mas só a Iniciativa Liberal tem a coragem de o afirmar, só a Iniciativa Liberal tem a convicção de fazer o caminho urgente e indispensável da modernização do Estado.

A confiança nas instituições públicas está gravemente fragilizada. A perceção de ineficácia, de falta de transparência e, por vezes, de impunidade na forma tantas vezes displicente como os cidadãos são tratados pela máquina do Estado corrói o elo fundamental entre o Estado e quem nele deve confiar.

Precisamos de um Estado melhor, que exista para servir os cidadãos e não para se servir deles.

Aplausos da IL e de Deputados do PSD.

O Estado que vê nas pessoas que trabalham simples pagadores de impostos é um Estado sem estratégia. As pessoas não trabalham para suportar um Estado, trabalham para viver, para ter uma vida condigna e para dar o melhor às suas famílias. Precisamos, pois, de um Estado ao serviço das pessoas e das empresas.

Precisamos de um Estado que seja capaz de olhar para si próprio e livrar-se do excesso de burocracia, que seja capaz de analisar e medir as consequências das regras que cria e que impõe às pessoas e às empresas. Nunca devemos esquecer-nos de que a burocracia é a mãe de todas as formas de corrupção.

Precisamos de um Estado que cria condições para o sucesso, que promove o sucesso. O sucesso dos portugueses é bom, crescer é bom, ter pessoas que crescem pelo seu trabalho é bom, ter empresas

que lucram é bom, atrair investimento estrangeiro é bom para Portugal, e nunca nos cansaremos de afirmar isso mesmo.

Aplausos da IL.

E precisamos, sim, de uma nova cultura político-partidária e não daquela que temos tido e que culminou no triste espetáculo que teve lugar aqui neste mesmo Hemiciclo e que nos levou a umas eleições que os portugueses não desejavam.

Em tudo isto, é do futuro que estamos a falar, dos nossos jovens, dos nossos filhos, dos nossos netos.

A mudança é urgente e necessária. A mudança tantas vezes adiada. A mudança que foi novamente adiada na Legislatura que agora termina pela falta de coragem para seguir o caminho das reformas e da modernização.

Precisamos de mais casas, de mais salário, de mais acesso à saúde, de mais representação, de mais maturidade política, de mais sentido de responsabilidade, de mais sentido de Estado.

Essa mudança começa em 18 de maio. É a mudança para um Portugal mais liberal, mais moderno, mais próspero e com mais oportunidades.

Temos essa enorme oportunidade em 18 de maio. Já perdemos demasiado tempo, mas ainda temos todo o futuro à nossa frente.

Desta vez, é liberal. Desta vez, vamos acelerar Portugal.

Viva o 25 de Abril! Viva Portugal! Viva a Liberdade!

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado André Ventura, do Chega, faça favor.

Vozes do CH: — Finalmente a direita!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Autoridades Civis e Militares, Antigos Presidentes da República e da Assembleia da República, Sr.as Deputadas, Srs. Deputados, Srs. Convidados: Mais uma vez, enchemos esta Casa de cravos. Mais uma vez, aqui estamos, ao início da manhã, com cravos dispersos pela instituição e a recordar Celeste Caeiro. É um bom dia para isso, é um bom dia para isso não só pelos cravos, não só por aquilo que mostramos às pessoas, que estamos em festa, num momento em que elas não estão em festa, nem podem estar em festa, porque a sua vida não lhes permite estar em festa. É sempre importante recordar isto.

Esta mulher que foi aqui hoje recordada por todos, esta mulher que distribuiu cravos, esta mulher que pôs os cravos nas armas e na loja morreu abandonada na urgência de um hospital à espera de ser atendida em Portugal.

Aplausos do CH.

Antes de celebrarmos, devíamos ter a vergonha de pensar o país que construímos nestes últimos anos. Antes de celebrarmos o que é vazio, o que não interessa a ninguém, devíamos recordar olhos nos olhos aquela mulher e perceber que, depois de tanto cravo, depois de tanta festa, morre sozinha numa urgência que não lhe deu resposta, num país que não lhe deu resposta.

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — A Celeste é bem o exemplo das Celestes todas do país inteiro.

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Enquanto nós aqui estamos, mais uma vez, a celebrar, a dizer "viva!" e a levantar os braços, morrem nas urgências ou têm filhos nas ambulâncias,...

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... morrem nas urgências ou têm filhos à porta de casa, morrem nas urgências ou chegam a um posto dos correios e veem tudo a sacar subsídios menos eles e os seus filhos.

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Por isso, não! Não me venham com cravos, não me venham com cravos — venham-me com soluções para Portugal!

Aplausos do CH.

Imaginemos que um *alien* chegava agora a Portugal e que nesta tal revolução de inteligência artificial perguntava: «Chat GPT, diz-me como está Portugal?» Tentem. Vão ter uma resposta surpreendente.

Risos do CH.

Em Portugal, o poder de compra é o 15.º pior em 20 — o 15.º pior em 20! A carga fiscal atingiu, no ano passado, um valor *record* de 38 % do PIB (produto interno bruto). E tem o 9.º salário mais baixo da Europa.

Isto seria o que vos diria a inteligência artificial se agora mesmo perguntassem: «Diga-me como está a economia portuguesa.» E por isso eu pergunto: se a inteligência artificial nos diz rapidamente que estamos na pobreza, como é que a inteligência do Primeiro-Ministro ainda não percebeu isso neste país?

Risos e aplausos do CH.

O Sr. **Marcus Santos** (CH): — Ri agora, Montenegro!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Cinquenta anos e cinquenta e um anos. Cinquenta e um anos de muita mudança neste país, ora boa, ora má. Mas há uma mudança que todos vimos nos últimos anos, que foi o crescente número de pessoas que acorreram a este país e que, por culpa de um Governo anterior, de uma bancada aqui displicentemente sentada, de cravo ao peito,...

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — É verdade!

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... deixou entrar milhares, milhões neste país, sem controlo, sem verificação, sem sabermos quem são. Hoje ali estão eles, sentados como se nada fosse com eles.

Vozes do CH: — É verdade!

O Sr. **André Ventura** (CH): — «Cravo ao peito, vida para a frente, Celeste sempre», dizem eles, esquecendo as verdadeiras Celestes que são as vítimas daqueles que deixaram entrar sem segurança neste país. As verdadeiras Celestes deste país!

Aplausos do CH.

E por isso permitimo-nos, nos 50 anos de Abril, ter alguém nomeado por um Primeiro-Ministro que diz que é incontornável que tivemos uma enchente de imigrantes, porém, os jovens portugueses podem ficar em casa dos pais até mais tarde e devemos dar-lhes prioridade para aceder à habitação.

Vozes do CH: — Vergonha! Vergonha!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Cinquenta anos de cravos,...

Vozes do CH: — Vergonha! Vergonha!

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... cinquenta anos de Celeste, cinquenta anos de Abril para dizermos que quem vem de fora tem direito a casa e a saúde,...

A Sr.ª **Felicidade Vital** (CH): — E os nossos não têm!

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... mas quem cá paga impostos tem direito a nada e tem direito a pagá-los ainda mais. É este o Abril destes cravos que aqui estão!

Aplausos do CH.

É este o Abril que aqui temos. O Abril que quando morre o Odair sai à rua com os cravos vermelhos na mão a dizer: «Meu Deus, a polícia é um desastre, é uma miséria»

Vozes do CH: — Vergonha!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Mas quando o Manuel é assassinado em Braga por gangues brasileiros, ninguém mexe uma palha neste país para o defender. Em nome do Manu, em nome do Manel, em nome de todos os Manéis desta vida, nós estamos aqui por vocês. Nós estamos aqui por vocês!

Aplausos do CH, de pé.

Cinquenta anos de Abril, cinquenta e um anos. Falam das mulheres, do voto, mas criaram, nos últimos anos, o país mais inseguro para as mulheres possível. O país onde os crimes sexuais aumentaram brutalmente e só as violações tiveram um aumento de 10 %. Quando foi preciso resolver o problema, olharam para o lado, novamente. Não fôssemos nós ser acusados de ser extremistas, ou racistas, ou xenófobos quando dizemos, na verdade, que as mulheres começaram a ser assediadas em grupos espalhados por todas as cidades do país, que as mulheres, em número, foram mais violadas do que foram noutros anos e que os crimes contra crianças aumentaram brutalmente. Quem quer saber disto, se é tão bom pôr cravos vermelhos e dizer que foi tudo bem?

Vozes do CH: — Ora bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Não, nós não aceitamos que outros venham para aqui objetificar as nossas mulheres, dizer que elas têm de se vestir ou como é que elas não têm de se vestir, tirar-lhes os direitos tal como os senhores quiseram tirar-lhes esses direitos nos últimos anos.

Aplausos do CH.

Já na despedida, o tal *alien* ainda perguntaria assim: «Como está Portugal em termos de corrupção?» E aí, quase cairia de desgraça. Mas ficaria assim por um dado que não devemos esquecer: num Governo que prometeu combater a corrupção, caímos nove posições e estamos agora, em 2025, em 43.º lugar no Índice de Perceção da Corrupção.

Tornámo-nos num país em que os portugueses sabem e sentem que têm uma classe política corrupta ou corrompida, capaz de vender os seus interesses de decisão do país por interesses que são de terceiros.

E era isto que Abril deveria ter resolvido. É que se é verdade, como dizia o Deputado António Filipe, que foram anos e anos de corrupção, o que dizer dos cinquenta anos que se lhes seguiram? Que uma

corrupção fechada se transformou numa corrupção aberta. Que uma corrupção escondida se tornou numa corrupção aos olhos de todos!

O Sr. **Marcus Santos** (CH): — Vergonha! Vergonha!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Pior ainda, em muitos casos: a corrupção sem impunidade deu numa outra, em que os condenados e os criminosos andam livremente pelo país a gozar com o dinheiro e a gozar com aquilo que fizemos.

Essa corrupção, de um lado e de outro, tem de ser acabada e tem de ser combatida. Essa corrupção devia ser a homenagem a todas as Celestes dessa vida. Essa corrupção devia ser a nossa prioridade nesta Assembleia da República.

Aplausos do CH.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, quisemos um país que desse casa para todos, que fosse a casa de todos. Nunca tivemos foi tanta dificuldade em tê-la como hoje. E o tal país que quis ser a casa de todos esqueceu a casa dos seus próprios e a dos seus filhos. Esqueceu a dos nossos filhos que conseguiram pagá-la, para terem hoje uma casa melhor. A habitação aumentou 135,2 % e Portugal é hoje um dos piores países do mundo para aceder à habitação.

Protestos da Deputada do BE Mariana Mortágua.

No 4.º trimestre de 2024, os preços aumentaram 15,5 % — quem nos está a ver sabe do que estou a falar. As casas em Portugal tornaram-se um inferno. Quisemos ser o país da casa para todos, mas acabámos por ser o país da casa para ninguém ou para quem a conseguia ter, sem conseguir fazer muito por isso.

Aplausos do CH.

Quisemos dar prioridade aos que vinham de fora e não somos capazes de ajudar os que toda a vida pagaram para ter uma casa. Quisemos dar creche a todos, mas há 20 000 sem terem acesso à creche ou sem conseguirem lá ter os seus filhos. Este partido quis dar prioridade a quem trabalhava por uma vez na vida e dizer que os filhos de quem trabalha deveriam ter prioridade no acesso à creche. Mas, afinal de contas, este país estava feito para os coitadinhos habituais. Afinal de contas, este país estava feito para aqueles que, ano após ano, nada faziam e queriam ter sempre a prioridade em tudo. Nós tivemos a coragem de fazer esse corte. O corte, pela primeira vez na vida, de esquecer o país das minorias coitadinhas, o país dos coitadinhos do sistema e dar um país para quem trabalha, para quem investe, para quem trabalhou, um país para quem paga, para quem paga este país!

Aplausos do CH.

Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Deputados, não podia terminar sem fazer estas referências que vou fazer.

Protestos do PSD e contraprotestos do CH.

Num país que disse aos seus emigrantes que deixariam de ter Serviço Nacional de Saúde, aos nossos emigrantes lá fora, às nossas comunidades, àqueles que tiveram de pagar tanto e saíram daqui de sonhos perdidos e coração desfeito. A esses dissemos-lhes que passavam a estar inativos no Serviço Nacional de Saúde. E a quem chegava dávamos tudo e damos tudo de mão beijada; damos tratamentos de 4 milhões de euros e o que mais for preciso. Não damos é para quem cá toda a vida esteve.

Eu não podia terminar este discurso hoje sem recordar — porque é mesmo recordar a que me refiro — todos aqueles, além dos que aqui estão, todos eles, de norte a sul do país, nas ilhas, os que vivem lá fora e os que já partiram, porque num dia em que são tão espezinhados, eles merecem esta evocação: a todos os antigos combatentes da nossa pátria, a todos eles, uma sentida homenagem neste 25 de Abril.

Aplausos do CH, de pé.

Alguns vivem com 93 € e nós não nos devemos esquecer deles porque eles nem conseguiriam ter estes cravos postos na sua casa. É uma homenagem àqueles que voltaram do antigo império, a esses que aqui vieram e que chegaram sem nada. E por isso, Sr. Presidente da República, permita-me, sem nenhuma provocação, dizer-lhe novamente, neste Plenário, o seguinte: enquanto o Chega aqui estiver, nós nunca pagaremos um cêntimo de indemnização, um cêntimo a nenhuma antiga colónia deste país. Nunca pagaremos um cêntimo a nenhuma antiga colónia deste país.

Aplausos do CH, com Deputados de pé.

É que se quiséssemos pagar a uma antiga colónia deste país, nós primeiro tínhamos de pagar aos milhões de retornados e aos seus familiares que vieram sem nada e tiveram de construir Portugal. Era a esses que devíamos pagar primeiro!

Aplausos do CH.

Termino com o apelo que estes cravos da Celeste me deixam sempre. A frase não é minha, é de Salgueiro Maia.

Protestos do PS, do BE e do L e contraprotestos do CH.

E Salgueiro Maia dizia: «Não percam tempo a fazer celebrações,...

Vozes do CH: — Caladinhos!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Salgueiro Maia dizia: «Não percam tempo a fazer celebrações do 25 de Abril». Salgueiro Maia dizia assim, e dizia cara a cara, como eu gosto de fazer.

Meus caros, o 25 de Abril não se celebra; o 25 de Abril cumpre-se. Nós vamos cumpri-lo!

Aplausos do CH, de pé.

O Sr. **Presidente**: — De seguida, vai usar da palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Pedro Nuno Santos, do Partido Socialista.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.as e Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados, uma saudação aos Capitães de Abril — enquanto puderem cá vir, vão ter a nossa saudação e agradecimento!

Aplausos do PS, do BE, do PCP, do L e do PAN, de pé.

E uma saudação especial, nos 100 anos do seu nascimento, ao nosso fundador, a um dos maiores políticos portugueses, a Mário Soares.

Aplausos do PS, de pé, do BE e de Deputados do PSD.

Cancelar as celebrações do 25 de Abril não é só um ato de desvalorização da data maior da nossa democracia e de desrespeito para com os portugueses. É, sobretudo, o reflexo de um Governo desligado do sentimento popular, incapaz de perceber que os portugueses, mesmo cinquenta e um anos depois de Abril, se ofendem com quem desvaloriza a data que lhes trouxe a democracia, a liberdade, a educação para todos, o Serviço Nacional de Saúde, o direito a escolher quem os representa e quem governa.

Aplausos do PS, do L e de Deputados do BE.

Hoje, o povo sai à rua enquanto o Governo fica à janela.

Aplausos do PS e do L.

Cinquenta e um anos depois, a democracia portuguesa vive um paradoxo entre uma maior exigência de transparência e um sentimento de desilusão. Por um lado, a democracia é hoje mais exigente do que alguma vez foi. Sujeita os políticos a um maior escrutínio e impõe-lhes um maior nível de

transparência e de integridade ética do que em qualquer outro momento da história. Este imperativo democrático de maior transparência é incompatível com comportamentos de opacidade e de ocultação. Convive mal com condutas de dissimulação e de vitimização e, sobretudo, torna insuportável a constante chantagem e infantilização dos portugueses.

A Sr.ª **Felicidade Vital** (CH): — Que falta de energia! Se é assim que vais governar o país, estamos desgraçados!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Este é, sem dúvida, um indicador do avanço e da maturidade do nosso regime democrático. Enganam-se, portanto, os que acham que os portugueses não ligam ou desconsideram a seriedade e a transparência de quem os governa.

Aplausos do PS.

Por outro lado, é inegável que muitos portugueses estão desiludidos com os salários que recebem, com o custo de vida que têm de suportar e com a falta de oportunidades para os seus filhos. Gente que trabalha muito, mas que sente que não é reconhecida ou valorizada e que a sua vida não sai da cepa torta, que não ata nem desata e que precisa de trabalhar cada vez mais só para não andar para trás.

Voz do CH: — Não têm um pai rico!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Estas pessoas que têm o dinheiro contado até ao fim do mês, que não sabem se vão conseguir pagar umas férias com a família ou ajudar no futuro os seus filhos, estão descontentes com a forma como a economia os retribui pelo seu trabalho e por essa via desiludiram-se com políticos e a democracia.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Devias estar preocupado com pagar o supermercado e não com as férias!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Esta desilusão gera descrença num projeto democrático coletivo e contribui para o crescimento de um individualismo exacerbado. Para aqueles a quem faltou a sorte na vida, a condição individual produz muitas vezes desencanto, ressentimento e cólera. Para quem teve ou tem a sorte de estar entre os vencedores, o individualismo gera muitas vezes soberba, sobranceria e indiferença ao outro.

Hoje, responder às promessas e aos desafios que Abril nos deixou é também saber como lidar com este sentimento de desilusão. Nós conhecemos bem as respostas das diferentes direitas. Por um lado, a extrema-direita não faz outra coisa que não seja explorar e ampliar a desesperança e a legítima indignação de muitos portugueses.

A Sr.ª **Felicidade Vital** (CH): — Tu escondes!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Sem soluções sérias e credíveis para o país, dedica-se a parasitar as desilusões do povo.

A Sr.ª **Felicidade Vital** (CH): — Parasita és tu!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Para existir, precisa de um bode expiatório, de inventar um inimigo e de alimentar o ódio a esse inimigo. O ódio, a berraria e o desrespeito por todos não deixa espaço para soluções concretas para os problemas reais dos portugueses. Para lá do ódio, só resta o deserto das ideias.

Aplausos do PS.

Protestos do CH.

Por outro lado, a direita conservadora e liberal invoca e usa a classe média e as suas legítimas aspirações para, no fim, acabar a governar para uma minoria: reduzir impostos aos que mais ganham; reduzir o contributo fiscal das empresas para o bem comum; financiar o negócio privado da saúde com recursos públicos; e entregar parte do sistema público de pensões aos humores do mercado. Isto é, proteger quem mais tem e quem menos precisa de ser protegido e assim reduzir a capacidade do Estado para responder às necessidades de todos.

Aplausos do PS.

Os dois projetos da direita são, repito, diferentes. Mas eles tocam-se e alimentam-se um ao outro. Tocamse porque nenhum deles responde às preocupações e ambições da grande maioria das pessoas, e ambos acabam por privilegiar uma minoria dos portugueses, a minoria que menos precisa. Alimentam-se porque enquanto uns geram excluídos com as suas políticas, os outros vivem do ressentimento dos que ficaram excluídos do progresso.

As respostas das direitas ignoram aquilo que Abril nos ensinou. Ignoram o sentimento profundo de empatia pelo outro que nos faz humanos. Ignoram a ideia de que ninguém atinge nada sozinho e que o sucesso individual depende também do trabalho dos outros e dos recursos acumulados pelas gerações anteriores. Ignoram que somos uma comunidade de iguais nos direitos e nos deveres, onde todos dependem de todos e que se reforça em cooperação mais do que em competição. Ambas as respostas da direita retiram força ao projeto democrático coletivo que é a maior promessa de Abril: a construção de um país para todos.

Aplausos do PS.

Sr.as e Srs. Deputados, honrar Abril é respeitar aqueles homens e aquelas mulheres que fizeram a Revolução, bem como as gerações que construíram as instituições e modernizaram o país nas décadas seguintes. É assumir que a nossa obrigação enquanto políticos, que o nosso dever enquanto representantes do povo, que a razão de ser do nosso trabalho aqui é a de devolver ao povo esperança num projeto coletivo, democrático e de progresso. Não falo de uma esperança pueril e leviana, de uma esperança fundada em promessas vãs, movida pela demagogia e alimentada pelos truques de uma campanha permanente. Falo antes da esperança, que como dizia o Papa Francisco, é a virtude do movimento e o motor da mudança.

A Sr.ª **Felicidade Vital** (CH): — Agora é tudo a falar do Papa Francisco!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Da esperança que vive da tensão entre a memória e a utopia que constrói os sonhos que nos esperam. A tensão entre a memória e a utopia é a tensão entre o passado que construímos e o futuro que ambicionamos. É a tensão entre as nossas raízes e os nossos sonhos. É desta tensão que nasce a esperança, ao mesmo tempo individual e coletiva, no futuro dos nossos e no futuro de todos, no futuro dessa comunidade que é Portugal.

Um projeto para todos é muito diferente e muito mais ambicioso do que um projeto centrado na exploração do ressentimento ou na defesa do privilégio.

Celebrar Abril é combater de frente a pobreza e a desigualdade, não é esconder os pobres.

Protestos do CH.

Celebrar Abril é celebrar quem trabalha, não é condená-los à penúria. Celebrar Abril é valorizar a sabedoria dos mais velhos, não é infantilizá-los.

A Sr.ª **Felicidade Vital** (CH): — Está mesmo muito murcho!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Celebrar Abril é aceitar a diferença, não é estigmatizá-la. Celebrar Abril é acolher bem quem vem de longe trabalhar connosco, não é odiá-los. Celebrar Abril é ensinar os nossos filhos rapazes a respeitar as colegas como iguais.

Aplausos do PS, do BE e do L.

Celebrar Abril é combater a violência doméstica, não é ignorá-la ou relativizá-la.

Aplausos do PS e do L.

Celebrar Abril é celebrar o Papa Francisco, a sua memória, a sua vida e a sua mensagem.

Aplausos do PS.

Viva a liberdade, viva a igualdade, viva o 25 de Abril, viva Portugal!

Aplausos do PS, de pé, do PCP e do L.

A Sr.ª **Felicidade Vital** (CH): — Tão fraquinho!

O Sr. **Presidente**: — Tem agora a palavra, para uma intervenção, a Sr.ª Deputada Teresa Morais, do PSD.

A Sr.ª **Teresa Morais** (PSD): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.as e Srs. Membros do Governo, Srs. Presidentes dos Tribunais Superiores, Sr. Presidente António Ramalho Eanes, Sr.ª Dr.ª Manuela Eanes, Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores, Sr. ex-Presidente da Assembleia da República, Mota Amaral, na sua pessoa cumprimento todas e todos os Deputados Constituintes, Sr.as e Srs. Conselheiros de Estado, Sr. Presidente da Associação 25 de Abril, Sr.as e Srs. Deputados, Sr.as e Srs. Convidados: É com particular emoção que vos falo nesta sessão solene comemorativa da Revolução de Abril. Quando é dada esta oportunidade a alguém menos jovem, as memórias ocupam necessariamente a nossa mente e rodopiam, na esperança de serem escolhidas, lembradas, expressas por palavras.

O que recordar de tantas memórias num dia como este? O momento em que, alguns anos antes da Revolução, se viu partir um irmão, no velho *Niassa*, para uma guerra a que não se furtou, mas que nunca aceitou? O momento em que o vimos regressar, a festa se estendeu pela noite dentro e a nossa mãe finalmente descansou? O momento em que o mais novo dos rapazes da família, a cumprir o serviço militar, chegou a casa com uma barba de três dias, um sorriso cansado e os mimos que o povo lhe deu no dia da Revolução? Ou, finalmente, o dia em que tivemos esperança de que não houvesse mais partidas, o dia em que enfim percebemos que não sofreríamos mais por cada jangada afundada, por cada mês sem notícias?

A primeira e mais imediata interpretação de Abril para uma adolescente com irmãos mais velhos era simples: a guerra acabou.

Os dias e os anos acrescentaram factos e matéria para outras interpretações e para a compreensão das muitas outras dimensões de Abril. O valor da nossa liberdade individual e coletiva, o afastamento dos extremismos que se atravessaram no seu caminho, a construção de uma democracia assente em valores fundamentais de um Estado de direito democrático, baseado no pluralismo de expressão, no respeito dos direitos, liberdades e garantias, na concretização dos direitos económicos e sociais, são obra de que temos razão para nos orgulhar.

Aplausos do PSD.

A nossa Constituição democrática, resultado feliz da Assembleia Constituinte, eleita precisamente há 50 anos, deu passos fundamentais que foram sendo aprofundados nas suas sucessivas revisões, proibindo todas as discriminações, declarando a igualdade de direitos entre mulheres e homens quanto à capacidade civil e política, assegurando a igualdade de oportunidades no trabalho e na remoção das limitações do acesso das mulheres a diversas categorias profissionais.

A partir de 1976 construímos pedra a pedra a nossa democracia, hoje consolidada. Consolidada, sem dúvida, mas ainda imperfeita. E se há matéria em que a sua imperfeição se manifesta, é nas desigualdades várias que resistem na sociedade portuguesa e, em particular, a que ainda mantém as mulheres em níveis inferiores de participação política e decisão económica e de maior vulnerabilidade à violência doméstica, cuja erradicação deve ser considerada uma prioridade absoluta, que de resto o Governo já assumiu.

Aplausos do PSD, do PCP, do L, do CDS-PP e do PAN, e de Deputados do PS.

Este é um objetivo civilizacional, sem o qual nenhuma democracia se pode considerar completa. A democracia que temos, inacabada como é, deve, por isso, conseguir superar-se, chegar a patamares de igualdade, de solidariedade, de erradicação da pobreza ainda não alcançados. Deve progredir no respeito pelos direitos das crianças, na proteção dos mais velhos, na integração plena das pessoas com deficiência. Tem, imperativamente, de conseguir fazê-lo, com a contribuição de todos os poderes do Estado e também da comunidade, unida em desígnios fundamentais. Temos de conseguir fazer melhor e vamos fazer melhor.

A nossa história, a nossa cultura, a nossa língua, a democracia que conseguimos construir impelem-nos a ir mais longe, desafiam-nos a elevarmo-nos, a sublimar as nossas energias, a dar o melhor de nós em defesa do bem comum.

Com todas as limitações, a democracia é em si mesma um bem, que, como tal, deve ser cuidado e defendido de riscos tradicionais e de novos perigos que podem minar o regime democrático.

Está à nossa frente um mundo ficcionado e enganoso que relativiza o que é essencial e cria uma realidade alternativa. As redes sociais, com o potencial que têm de comunicação, estão a tornar-se um risco para as democracias, pelo veículo de manipulação do pensamento e da vontade em que estão a transformar-se.

Uma democracia madura, salvaguardando em absoluto a liberdade de expressão, não deve permitir que se divulguem e partilhem impunemente crimes que lesam direitos fundamentais, como a integridade física, a autodeterminação sexual ou mesmo a vida,...

Aplausos do PSD, do PS, do BE, do L, do CDS-PP e do PAN.

... sobrecarregando insuportavelmente a vítima com uma nova forma de agressão.

Estamos moralmente obrigados a encontrar soluções para os novos desafios que se colocam ao Estado de direito democrático.

Neste dia em que celebramos Abril, retorno por breves instantes às minhas memórias, para homenagear as mães, as mulheres, as irmãs que, como eu, viram partir os seus rapazes na incerteza do regresso.

Permitam-me, ainda, que saúde particularmente os militares de Abril, os que estão hoje connosco e os que já partiram.

E, finalmente, deixo um apelo às jovens e aos jovens do nosso país, em quem depositamos toda a nossa esperança, para que se envolvam civicamente, para que vivam os desafios do mundo real, que tanto precisa da vossa energia, do vosso entusiasmo, da vossa capacidade de cultivar a paz — como tanto pediu o Papa Francisco, de quem o mundo tristemente se está a despedir —, para que façam prevalecer a solidariedade sobre a indiferença e a entreajuda sobre a exclusão e para que cuidem sempre da democracia.

Viva a liberdade! Viva Portugal!

Aplausos do PSD e do CDS-PP (de pé) e do PS, do BE, do L, do PAN e de Deputados da IL e do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente da República, Sr. Primeiro-Ministro e demais Membros do Governo, Sr.as e Srs. Presidentes dos Tribunais Superiores, Sr. Presidente António Ramalho Eanes, Autoridades Civis, Militares e Religiosas, Sr. Presidente João Bosco Mota Amaral, Sr.as e Srs. Embaixadores, Sr.as e Srs. Deputados da Assembleia Constituinte aqui presentes, Sr. Presidente da Associação 25 de Abril, Sr.as e Srs. Convidados, Sr.as e Srs. Deputados, Caras e Caros Concidadãos: Celebramos o 25 de Abril, celebramos as primeiras eleições livres, celebramos cada um dos Deputados que há 50 anos foram eleitos para a Assembleia Constituinte. Foram eleitos com uma missão: dar uma Constituição ao país. E cumpriram.

Mas celebramos também cada um dos 5 711 829 portugueses que naquele dia, há 50 anos, foram votar. Foram votar sem nunca antes terem vivido em democracia, sem saberem o que esperar da democracia, sem sondagens ou ideia da real implantação dos diferentes partidos políticos, sem garantias de que o resultado seria aceite por todos, sem certezas de que estariam seguros no exercício do voto. E, mesmo assim, foram votar. Por um misto de idealismo e sentido de responsabilidade, foram votar. Podemos e devemos celebrar o seu gesto, mas devemos, sobretudo, estar à altura dele.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, nos últimos anos, habituámo-nos a ouvir que os portugueses não confiam nos políticos. Tenho para mim que esta falta de confiança não se deve apenas aos casos mais mediáticos, não se deve à desinformação ou ao populismo. Demasiadas vezes confundimos as causas com as consequências e passamos mais tempo a discutir as consequências do que as causas.

A abstenção não é uma causa, é uma consequência. A desinformação não é uma causa, é uma consequência. O populismo não é uma causa, é uma consequência. A causa — a raiz do problema — é tantas vezes a incapacidade de apresentar resultados, a incapacidade de falar de futuro, de construir o futuro e de estar à altura de quem nos elegeu.

O que digo é válido para Portugal, mas também para a Europa. Esta nossa Europa onde fazemos tantas cimeiras, mas temos cada vez mais dificuldade em chegar a decisões concretas; onde produzimos

relatórios em abundância, mas falhamos na hora de resolver os problemas; onde comentamos a realidade, analisamos, indignamo-nos, mas tropeçamos tantas vezes na indecisão.

Estamos chocados com o que se passa nas universidades americanas? Devíamos aproveitar e captar novos talentos, trazer os melhores cérebros para a Europa.

Estamos assustados com as tarifas americanas? Devíamos estar a abrir novos mercados para a Europa, concluir os acordos comerciais pendentes e preparar outros.

Estamos indignados com o comportamento de alguns países europeus quanto à guerra na Ucrânia? Devíamos estar a discutir um novo tratado para a Europa, a dita reforma das instituições europeias que vai sendo adiada década após década.

Preocupa-nos o isolamento da Europa? Devíamos trabalhar para o alargamento da União. O último alargamento foi há 10 anos e há muitos países que esperam decisões da nossa parte.

Sr.as e Srs. Deputados, os políticos não podem ser meros comentadores e analistas da realidade como se não tivessem os instrumentos, o poder e o mandato para alterar o estado das coisas. Os políticos não são espectadores da realidade, são construtores da realidade. É assim que os cidadãos nos olham, é para isso que nos elegem e é isso que esperam e exigem de nós.

Exigem-nos que tenhamos uma visão para o país, uma ideia aspiracional para o futuro e, no entanto, tantas vezes não conseguimos cumprir essa missão — quando preferimos o adjetivo ao verbo; quando prometemos e não fazemos; quando abdicamos voluntariamente dos princípios e dos direitos pelos quais todos lutamos, princípios como a presunção de inocência ou a liberdade de expressão; quando promovemos a desconfiança no sistema e os seus fundamentos; quando optamos por subir o tom da discussão para simular discordâncias que não são assim tão profundas; quando desistimos de olhar para o que temos em comum e preferimos focar-nos naquilo que nos divide. Por outras palavras, quando abdicamos de consensos, os famosos consensos.

Podemos discordar quanto à política da imigração, mas todos concordamos que é preciso integrar quem chega.

Podemos discordar sobre o papel do Ministério Público, mas todos concordamos que a justiça precisa de uma reforma.

Podemos discordar sobre o papel do Estado na sociedade, mas todos concordamos que a carga fiscal é excessiva e que a Administração precisa de modernização e eficiência.

Podemos discordar sobre a disciplina de Cidadania, sobre os contratos de associação, mas todos concordamos que a escola pública precisa de atrair mais e melhores professores.

Podemos discordar uns dos outros, das políticas de uns e dos outros, das ideias de uns e dos outros, o que, aliás, é a essência mais preciosa do ser democrata, mas todos concordamos que é preciso ter estabilidade política e que o povo a deseja.

Estamos muito mais de acordo do que gostamos de pensar, e somos os únicos responsáveis por transformar esse acordo em ação, em futuro, de confiança, de novo.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, há 50 anos, 5 700 000 portugueses deram um voto de confiança à democracia. Uma afluência de 92 %. Um entusiasmo que fazia vibrar as ruas. Eu lembro-me, eu estava lá.

Alguns diziam que os portugueses não estavam prontos para a democracia, que não a desejavam, que ela não ia bem com o caráter português, mas a realidade venceu esses prognósticos.

De norte a sul do país, estabeleceram-se milhares de secções de voto, com o esforço da Comissão Nacional de Eleições, de autarcas, de representantes dos partidos políticos e, claro está, de muitos, muitos cidadãos, pessoas anónimas que nada pediram em troca, nem uma senha de presença, nem um gesto de reconhecimento público. Não foram agraciados, não foram condecorados. Eles também não sabiam se os resultados seriam aceites, também não sabiam se estariam seguros, se seriam perseguidos. E, por um apurado sentido de dever cívico, não faltaram à chamada.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores, tomei a liberdade de convidar a Sr.ª Dr.ª Maria Emília Brederode Santos para estar presente na sessão solene. No dia 25 de Abril de 1975, a Maria Emília foi delegada numa mesa de voto da freguesia de Campo de Ourique. E convidei também outros voluntários, como José Pedro Castanheira e Lúcia Leitão, que naquele dia estavam de serviço nas mesas de voto. Estão aqui hoje nas galerias.

Aplausos gerais, de pé.

É por isso que hoje também celebramos a Maria Emília, o José Pedro, a Lúcia e o sentido de responsabilidade de tantos milhares de portugueses que, como eles, não faltaram ao país.

Cinquenta anos depois, damos por adquirido que a democracia funciona. Mas se a democracia funciona é porque alguém, no anonimato mais nobre e com o sentimento mais genuíno de exigência de intervenção cívica, a fez e a faz funcionar num momento maior da livre expressão da vontade do povo português.

A todos eles, o nosso obrigado.

Aplausos do PSD, do BE, do PCP, do L, do CDS-PP e de Deputados do PS.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, nos 51 anos da Revolução dos Cravos, não posso deixar de citar um outro revolucionário, o Papa Francisco. Pedia-nos o Papa em Lisboa: «Abracemos o risco de pensar que não estamos numa agonia, mas num parto; não no fim, mas no início de um grande espetáculo. Não sejais administradores de medos, mas empreendedores de sonhos.»

O que se nos pede, Sr.as e Srs. Deputados, não é nada menos do que isto. Que saibamos renunciar ao medo como tática, à divisão como estratégia, ao fatalismo como desígnio, e que tenhamos a ousadia de construir o futuro juntos. Só assim estaremos à altura dos cidadãos que nos elegem, se tivermos tanta fé na democracia quanto eles, todos os dias, demonstram ter.

Aplausos do PSD, do PS, da IL, do L, do CDS-PP e do PAN.

O Sr. **Presidente**: — Vai usar da palavra o Sr. Presidente da República.

O Sr. **Presidente da República** (Marcelo Rebelo de Sousa): — Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro e demais Membros do Governo, Srs. Presidentes dos Tribunais Superiores, Sr. Presidente António Ramalho Eanes — um bem-haja por mais uma presença nesta sessão, que só foi possível largamente devido ao seu contributo a Portugal —,...

Aplausos do PS, do PSD, do CH, da IL, do L, do CDS-PP e do PAN.

... Sr. Presidente João Bosco Mota Amaral, Srs. Capitães de Abril — há 51 anos, sem vós, não estávamos aqui hoje, bem-haja! —,...

Aplausos do PS, do PSD, da IL, do BE, do PCP, do L, do CDS-PP e do PAN.

... Srs. Deputados à Assembleia Constituinte — sem vós, também aqui não estaríamos, no dia de hoje, a celebrar as eleições e a Constituição de Portugal —,...

Aplausos do PS, do PSD, da IL, do BE, do PCP, do L e do CDS-PP.

... Sr.as e Srs. Deputados, Autoridades Militares, Religiosas, Ilustres Convidados, Portugueses: Nesta sessão solene, unem-se quatro dimensões, dela fazendo um momento singular na nossa história democrática.

A celebração do 25 de Abril na Casa da democracia, numa tradição iniciada em 1977, em que me honro participar, pela 10.ª e última vez, como Presidente da República Portuguesa.

A homenagem aos Constituintes de 1975, recordando a sua histórica eleição, mas também o seu trabalho e a sua coragem, motivo de orgulho e saudade para nós que vivemos o primeiro voto universal em mais de oito séculos e meio de nacionalidade, e depois o trabalho de cerca de um ano insano neste Hemiciclo.

A simbólica primeira sessão evocativa do 25 de Abril, efetuada com a Assembleia dissolvida, sinal de continuidade e estabilidade democrática em Portugal.

A coincidência, também por uma primeira vez, de tal sessão solene com o luto nacional por ocasião da morte de Francisco, chefe de Estado, sucessor de quem primeiro reconheceu a independência de Portugal e supremo líder de uma Igreja com o maior número de fiéis da nossa Pátria. Coincidência que, aliás, explica o voto de pesar unânime hoje adotado nesta Câmara, bem como as múltiplas referências efetuadas por sucessivos oradores.

Também eu não fugirei a este último contexto excecional. Falarei, pois, de Francisco e do que a sua vida e obra podem ter a ver com o que significou e pode significar o 25 de Abril.

O 25 de Abril, passo decisivo dos jovens capitães, nasceu num ambiente mundial muito tenso: Guerra Fria, mas dura, entre Estados Unidos da América e União Soviética, corrida aos armamentos, crise económica causada pelo primeiro choque petrolífero, conflitos dispersos, um dos quais crónico no

Médio Oriente, crescimento das desigualdades entre continentes e povos, miséria em muito do então conhecido por «terceiro mundo».

Como não encontrar, nos recentes apelos de Francisco, durante 12 anos e até há 5 dias, alguns dos mesmos dramas, ou outros iguais ou maiores, tornando ainda mais urgentes a paz, a justiça, a luta contra a pobreza, a dependência, a prepotência de poderes políticos, económicos e sociais, as desigualdades agravadas, as crises sucessivas e cumulativas?

O 25 de Abril nasceu também num ambiente nacional de negação das liberdades, de proibição do pluralismo, de ausências básicas de saúde para mães, recém-nascidos e crianças, de taxas dramáticas de mortalidade infantil, de curta e insuficiente escolaridade obrigatória, de incipiente segurança social para trabalhadores rurais, para trabalhadores domésticos, para alguns setores da indústria e serviços e, ao mesmo tempo, de um milhão de emigrantes forçados, de guerras sem horizontes de paz.

Como não deparar, nas palavras de Francisco, com a defesa desses valores estropiados há 50 anos, mas, nestes dias, ainda atingidos, num plano muito diverso, mas atingidos em tantas e tantos nacionais ou estrangeiros, emigrantes e imigrantes, flagelados por antigas, novas e novíssimas pobrezas, sem abrigo, com abrigo mas sem casa, com direitos e liberdades formalmente reconhecidos numa Constituição, mas suprimidos no mesmo dia da entrada em vigor da Constituição, isto é, sem garantias substanciais há 50 anos?

E hoje deparando com novos desafios que importa enfrentar. No mundo, desafios pungentes e idênticos ou acrescidos. No nosso pequeno grande mundo, reptos diversos, muitos deles similares, outros não menos exigentes. Uns e outros estão certeiramente apontados por Francisco — uma vez, dez vezes, centenas de vezes — e que, à sua maneira, haviam despertado anseios prementes de mudança, como foram, entre nós, os anseios de Abril.

Só que não basta o espírito. É preciso vivê-lo, dia após dia, ano após ano, década após década, dando-lhe viço para não estiolar.

Atentemos nisto. O que fez de Francisco um quase parente muito próximo de muitos de nós, por todo o mundo — como que um avô, pai, irmão mais velho, amigo indefetível, camarada de percurso —, ultrapassando a mera invocação de valores ou princípios para os encarnar, foi o ter conhecido as ruas da humanidade, percorridas com os seus sapatos cambados, em Buenos Aires, como em África, na Ásia-Pacífico, nas Américas, na Europa, e, mais do que isso, o ter feito um esforço para conhecer e ler por dentro o sofrimento material e espiritual, escondido por detrás de cada rosto, cada sonho, cada desespero, e lidar com cada uma e cada um como se fosse a mais importante ou o mais importante, a única ou o único, destinatários da sua palavra, do seu gesto, do seu desvelo, da sua disponibilidade. Sem recusas, sem ódios, sem limites, sem intolerâncias, sem fronteiras entre os puros e os impuros, os bons e os maus, na inspiração bíblica que diz: «Na casa do meu pai, há muitas moradas.»

Tal concorda-se ou discorda-se. Para os que concordam, chame-se a isto amor, compaixão, bondade, partilha, camaradagem, fraternidade ou esperança, aceitação da diferença, entrega, despojamento. Chame-se como se quiser. Este modo de desapego pessoal e devoção total faz lembrar a «madrugada que eu esperava», «o dia inicial inteiro e limpo», de que falava Sophia de Mello Breyner ao descrever Abril.

Mas vale a pena insistir na questão. O que é que têm a ver os factos, os problemas e o modo de Francisco com eles lidar, ou seja, o espírito e o espírito vivido, com o 25 de Abril, o de 1974, o de cada ano dos 51 já volvidos, o de hoje, o de cada ano ainda por viver?

Tudo, tudo. Dignidade humana, paz, justiça, liberdade, igualdade, solidariedade, fraternidade, abertura, inclusão, serviço dos outros, preferência pelos ignorados, omitidos e silenciados. E, sobre essa confluência de imperativos humanos, humildade. A humildade de reconhecer o erro, de reconhecer a imperfeição, de reconhecer a necessidade do recomeço. No mundo, tal como no nosso mundo. Sem senhores absolutos, monopolistas da verdade, donos da vida dos demais. Pelo contrário, humildes, servindo os outros, do começo ao fim da vida.

Francisco no-lo recordou e recorda. Amanhã vai a enterrar, sem nome se não o seu, Francisco — nem Papa, nem Cardeal, nem Bispo, nem Bispo de Roma, só Francisco —, num recanto de um templo, por detrás de uma discreta porta, que bem pode considerar-se que substitui o que porventura ele desejaria como uma campa rasa ou um gavetão na terra no cemitério da sua terra natal. A recordar-nos que o infinitamente maior é infinitamente o mais pequeno de todos, e de que assim terminaremos todos, terminarão os que dominavam ou pensavam dominar o mundo: em pó ou cinza.

Um sinal convidativo da pobreza material e espiritual, a não esquecer nunca. Para que as evocações como a de hoje, a do 25 de Abril, sejam mais doação do que proclamação, mais encarnação de serviço do que afirmação de missão já cumprida, mais futuro do que passado.

Para que se não confunda o fundamental com o acessório, o duradouro com o efémero. O duradouro é o espírito que deve ser exigente, renovador, desbravador de novos caminhos, de novas metas, com a sua vivência mobilizadora.

O efémero é a autocontemplação de cada momento, o autocomprazimento de cada aparente sucesso, a autoflagelação de cada infortúnio.

Estas sessões existem para que o duradouro seja mesmo duradouro e o efémero seja mesmo efémero.

25 de Abril sempre? Sim, sobretudo se com a incessante busca dos valores, o pleno e descomplexado abraço a todas as pessoas e a atenção a todas as coisas, e a radical humildade que viveu e nos ensinou a viver Francisco. Que para sempre viva esse espírito.

Viva a liberdade! Viva a democracia! Viva Portugal!

Aplausos do PSD e do CDS-PP (de pé), do PS, da IL, do BE, do PCP, do L, do PAN e de Deputados do CH.

O Sr. **Presidente**: — Está encerrada a nossa Sessão Solene Comemorativa do LI Aniversário do 25 de Abril de 1974 e do L Aniversário da eleição da Assembleia Constituinte, pelo que vamos ouvir o hino nacional.

2026

O Sr. **Presidente**: — Muito bom dia, está aberta a Sessão Solene Comemorativa do LII Aniversário do 25 de Abril de 1974.

Eram 10 horas e 1 minuto.

Vou dar a palavra aos representantes dos diversos grupos parlamentares e, para a primeira intervenção, tem-na o Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP, Juntos pelo Povo.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro e demais Membros do Governo, Altas Autoridades Civis, Militares e Religiosas, Ilustres Convidados, antigos Presidentes da República, Sr.as e Srs. Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Há datas que não pertencem apenas ao calendário, pertencem à consciência de um povo. Abril não é passado, é pulsação. É memória viva nas mãos calejadas de quem lutou, no brilho dos olhos de quem sonhou, no silêncio carregado de significado de quem nunca desistiu. E quando evocamos os 52 anos desse tempo, em que a coragem venceu o medo, não o fazemos por nostalgia, mas por responsabilidade e também por gratidão: gratidão por aqueles que ousaram acreditar que Portugal podia ser mais justo, mais livre e mais humano.

Abril ensinou-nos que a liberdade não é um dado adquirido. É uma construção diária, exigente, imperfeita, mas profundamente humana. Foi nas ruas, nas vozes simples, nos gestos anónimos que se ergueu um país que recusou continuar calado: um país que escolheu falar, escolher, existir com dignidade; um país que aprendeu a levantar-se, mesmo depois de tanto tempo de silêncio e opressão.

Hoje, porém, somos confrontados com novos desafios, e eles vão exigir de nós a mesma lucidez e coragem. Vivemos tempos em que a facilidade do ruído tenta substituir a profundidade do pensamento; em que discursos de ódio, disfarçados de opinião, procuram dividir aquilo que Abril uniu.

Aplausos do PS, do L e do BE.

E não, não é indiferente, não é inofensivo. O ódio corrói lentamente, mas de forma implacável, os alicerces da convivência democrática e da nossa identidade coletiva, enquanto povo que sempre soube escolher resistir e reinventar-se.

A democracia não se fortalece na gritaria, nem na exclusão, nem na simplificação perigosa dos problemas complexos. Fortalece-se no respeito, na escuta, na empatia que nos permite reconhecer no outro um rosto, uma história, uma dignidade que não pode ser negada. E fortalece-se, acima de tudo, quando, mesmo na diferença, escolhemos a humanidade.

É precisamente aqui que Abril continua a interpelar-nos, porque Abril não foi apenas uma mudança de regime, foi uma mudança de atitude.

Aplausos do PS, do L e do BE.

Foi uma afirmação de valores que, hoje, mais do que nunca, precisamos de resgatar com clareza: o humanismo, a solidariedade, a justiça social e o sentido profundo de comunidade — valores que vivem nos pequenos gestos, no cuidado, na entreajuda e na recusa de virar a cara à injustiça.

Vivemos também um tempo inquieto no mundo: conflitos bélicos que rasgam territórios, destroem vidas e colocam em causa aquilo que julgávamos ser garantido — a paz como horizonte possível. Assistimos com preocupação a dinâmicas de poder imperialista que atropelam soberanias, que impõem pela força aquilo que nunca pode ser legitimado pela violência.

É precisamente nestes momentos que mais importa afirmar quem somos. Portugal sabe, pela sua história, o valor da liberdade e o preço da sua ausência; sabe que nenhum povo deve ser julgado, silenciado ou reduzido à vontade de outros; e sabe também que a paz não se constrói com armas, mas com diálogo, cooperação e respeito entre as nações.

É aqui que nasce a esperança. Não uma esperança ingénua ou passiva, mas uma esperança firme, consciente e enraizada na nossa capacidade coletiva de fazer melhor, de aprender com o passado, de recusar o retrocesso, de construir pontes onde outros insistem em erguer muros. Não podemos permitir que o medo volte a ocupar o espaço da esperança, nem que a indiferença substitua a participação, nem que a liberdade seja usada como arma para negar a liberdade dos outros.

Por isso, Sr. Presidente, celebrar Abril, 52 anos depois, é mais do que lembrar, é escolher: escolher a sociedade que queremos ser; escolher se queremos alimentar divisões ou construir pontes; escolher se queremos unidade na diferença, construindo e reerguendo um Portugal moderno, da Madeira aos Açores, do Minho ao Algarve, e não apenas o Portugal das grandes cidades; escolher, acima de tudo, se continuamos dignos da herança que nos foi confiada. Porque Abril não é apenas um momento de história, é um compromisso, acima de tudo, com o futuro. Um futuro que, apesar de incerto, continua a depender de todos nós, da nossa coragem, da nossa humanidade, da nossa capacidade em acreditar que, mesmo nos tempos mais difíceis, vale sempre a pena escolher a liberdade, a dignidade e a paz.

Por isso, Abril vive, mas vive apenas se nós vivermos à altura do que nos ensinou, e é essa, talvez, a maior exigência da liberdade: merecê-la todos os dias.

Viva a liberdade, viva Portugal!

Aplausos do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e de Deputados do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para uma intervenção a Sr.ª Deputada Inês de Sousa Real, do partido Pessoas, Animais e Natureza, PAN.

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Ex.mo Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Ex.mos Srs. antigos Presidentes, Sr. Primeiro-Ministro e demais Membros do Governo, Srs. Capitães de Abril, Ilustres Entidades, Altas Autoridades, Distintos Convidados, Sr.as e Srs. Deputados: Abril foi, é e será sempre liberdade com compaixão.

Natália Correia escrevia na madrugada de Abril: «O alvoroço redobra-me a ansiedade. A iminência de ver florir por fora a Primavera que sempre trouxe dentro do meu amor à liberdade morde-me

o coração como uma alegria insuportável.» Abril é esta liberdade, porque um povo recusou viver com medo, porque mulheres e homens saíram à rua com cravos na mão e disseram que nenhum regime tem o direito de calar, de prender, perseguir ou empobrecer o seu povo.

Foi o fim de uma ditadura, mas também o princípio de uma promessa: a promessa de que viver em liberdade é viver com esperança e dignidade. O fim de um país onde a pobreza era ainda tolerada e o trabalho infantil era estrutural; onde crianças cresciam sem proteção, sem voz e, demasiadas vezes, muitas vezes, sem dignidade. Foi o fim de um país onde as mulheres eram consideradas seres menores e onde a violência de género, mais do que tolerada, era parte integrante do próprio sistema.

É por isso que celebrar Abril não pode ser apenas recordar o passado. Temos de questionar-nos, todos os anos, se estamos a cumprir essa promessa — sobretudo quando cruzamos os 52 anos do 25 de Abril com os 50 anos da Constituição —, se somos sobressaltados pelo alvoroço da mudança e do progresso que arrebatava de ansiedade Natália Correia no seu peito.

Hoje, temos de ter a coragem de dizer que não, que ainda não estamos! Não estamos, quando falta uma casa para viver; quando o salário não chega ao fim do mês; quando se desiste do sonho de estudar; quando não se consegue constituir família; quando se trabalha cada vez mais para se viver cada vez menos e mais só; quando o tempo, esse bem tão precioso, é consumido pela precariedade, pela ansiedade e pela sobrevivência. Não estamos a cumprir Abril quando deixamos para trás quem cuida e quem precisa de proteção.

Sr.as e Srs. Deputados, Distintos Convidados, não estamos a cumprir Abril quando, tantas vezes, as mulheres continuam a viver com medo e a perder a vida dentro da própria casa, quando tantas crianças continuam a ser vítimas de violência, abuso sexual ou negligência e as pessoas idosas, ou mais vulneráveis, continuam a ser deixadas para trás e não a encontrar as respostas de que precisam.

Quando se derrubam bandeiras, Sr.as e Srs. Deputados, e o ódio, a agressividade e a humilhação ocupam o lugar do diálogo e do respeito pela igualdade e diversidade, também não estamos a cumprir Abril. Quando há animais a sofrerem às mãos impunes da crueldade e indiferença ou quando a liberdade não é sinónimo de jaulas e arenas vazias ou correntes quebradas, também não cumprimos Abril. Quando depredamos vorazmente a natureza que nos acolhe, que é a nossa casa comum e protege o nosso futuro, Abril fica também para trás.

Sr.as e Srs. Deputados, Distintos Convidados, Abril falha quando permitimos que outras formas de violência, menos visíveis, mas igualmente corrosivas, prevaleçam: a violência da palavra, no discurso, na forma como olhamos para quem pensa diferente, na forma como tratamos o próximo. Recordo que os tempos de Abril foram os tempos em que Francisco Pinto Balsemão e Mário Soares se sentavam à mesma mesa para jantar. Não apesar das diferenças, mas, sobretudo, por causa delas — por causa delas, Sr.as e Srs. Deputados.

Hoje, demasiadas vezes, a política transforma-se num campo de batalha identitário. O populismo substitui o confronto de argumentos pelo choque de pertenças. Já não se procura convencer, procura-se esmagar. Já não há adversários, há inimigos, e, quando assim é, apontam-se as palavras como se fossem armas. Isto é o contrário do espírito de Abril, porque Abril é liberdade com compaixão.

O próximo Abril tem de ser celebrado como uma escola que eduque para a liberdade, sim, mas também para a empatia, para a cooperação e para o respeito. O próximo Abril tem de ser celebrado como uma sociedade em que a diferença não é uma ameaça, em que o outro não é um inimigo. Uma sociedade mais justa não se constrói pela competição de todos contra todos, mas pela responsabilidade de uns com os outros.

O próximo Abril tem de ser celebrado como uma sociedade progressista, de economia verde, forte e justa, inovadora, capaz de criar futuro, mas que respeite os direitos humanos e o limite do planeta, que proteja a natureza e que, verdadeiramente, não deixe ninguém para trás.

O próximo Abril tem de ser celebrado com menos violência — menos violência doméstica, menos violações, menos crianças vítimas de abuso, menos discriminação e intolerância — e, sim, com mais prevenção, mais proteção e mais justiça.

Sr.as e Srs. Deputados, Ilustres e Distintos Convidados, Abril ensinou-nos que a liberdade não vive sem respeito, que a democracia não vive sem diálogo, que a justiça não vive sem coragem e que o futuro não se constrói com indiferença. Por isso, hoje, mais do que celebrar Abril, devemos comprometer-nos com esse Abril que florescia e fazia sobressaltar o peito de Natália Correia, um Abril com menos medo e mais segurança; com menos violência e mais cuidado; com menos pobreza e mais dignidade; com menos solidão e mais comunidade; com menos ódio e mais humanidade; acima de tudo, com menos insulto e mais diálogo; e menos resignação, claro está, e com isso mais esperança — porque é tempo de escolher o futuro que queremos.

Uma democracia que tolera a violência ou a discriminação em qualquer das suas formas começa a perder-se, assim, a si própria. Uma sociedade verdadeiramente livre não tolera a violência ou o sofrimento, seja ele humano ou também dos animais.

É esse o Abril que queremos honrar. É esse o Abril que queremos cumprir. E é esse o Abril que queremos deixar para as próximas gerações. É esse o Abril que queremos e que queria Natália Correia, de liberdade e de compaixão.

Viva o 25 de Abril, viva Portugal!

Aplausos do PS, do L, do PCP, do BE e de Deputados do PSD e da IL.

O Sr. **Presidente**: — Tem agora a palavra, para uma intervenção em nome do Bloco de Esquerda, o Sr. Deputado Fabian Figueiredo.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Nem uma gravatinha?!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Presidente da República, antigo Presidente Marcelo Rebelo de Sousa, Sr. Primeiro-Ministro e restantes Membros do Governo, Caros Capitães de Abril e membros da Associação 25 de Abril, que cumprimento e cuja presença agradeço —...

Aplausos do PS, do L, do PCP e de Deputados do PSD.

... e permitam-me também, que, na vossa pessoa, cumprimente todos os Deputados constituintes e honre aqui a sua memória, porque a dialética é a mesma, entre a Revolução e a Constituição, E todos os democratas vos devem um grande obrigado! —,...

Aplausos do PS, do L e do PCP.

... Distintos Convidados, Sr.as e Srs. Deputados: A democracia tem uma característica difícil para os impacientes, obriga-nos a partilhar o país com pessoas de quem discordamos profundamente. Obriga-nos a ouvir, a debater e, pasme-se, a aturarmo-nos uns aos outros, mas a alternativa ao dever democrático de nos ouvirmos uns aos outros é a tragédia que Portugal já conheceu.

Esta tolerância da diferença não nos obriga, no entanto, à ingenuidade perante quem quer destruir o debate de ideias. O pluralismo constrói-se na elevação do confronto de ideias, não na sua degradação propositada.

Vozes do CH: — Ah!...

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — A gritaria constante não é a coragem política, é apenas a coreografia cobarde do vazio. E este Parlamento não pode ser o espelho das nossas piores pulsões,...

Aplausos do PS, do L e do PAN.

... tem de ser um espaço onde a República se realiza, onde transformamos a vida do nosso povo.

Se despirmos os últimos 52 anos da habitual retórica de calendário, desocultamos os factos. E os factos, Srs. Deputados e Sr.as Deputadas, são insuportavelmente teimosos: este meio século de liberdade foi e é, de forma objetiva, o melhor período da história de Portugal.

Aplausos do PS, do L, do PAN e do JPP.

Vozes do CH: — Ui!...

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Se quiserem, é a época áurea da nossa história coletiva. Não é uma opinião, são indicadores sociais, é a economia, é a saúde pública.

A nostalgia de um país onde supostamente havia ordem e respeito é uma falsificação grosseira. A ordem da ditadura era a ordem do medo. E o medo, Sr.as e Srs. Deputados, não cura doentes, não paga salários, nem ensina ninguém a ler.

Aplausos do PS, do L e do JPP.

A paz do Estado Novo, que ceifou a vida a milhares de jovens enviados para uma guerra colonial injusta, era a dos cemitérios e a do silêncio — claro! — de quem era privado de ter voz para reclamar.

Como tantas vezes alertou Natália Correia, é preciso ter a coragem de dizer a verdade. E a verdade do 25 de Abril não é a promessa irrealista de um país sem problemas. Não, muito pelo contrário! É a promessa de que temos as ferramentas e o mandato para os resolver. É, por isso, preciso dizer a verdade: sim, o nosso país tem muitos problemas, nenhum desses problemas é a liberdade.

É precisamente a liberdade que nos garante a capacidade de travar os embates mais duros e necessários sobre as nossas divergências estruturais: o desinvestimento no Serviço Nacional de Saúde, o cerco aos direitos do trabalho, a crise na habitação e o sufoco do custo de vida. Mas, Sr.as e Srs. Deputados, Caros Concidadãos, debatemos todos estes problemas sem que a resposta do Estado seja a censura, a prisão de Caxias ou a tortura da PIDE (Polícia Internacional e de Defesa do Estado).

Aplausos do PS, do L e do JPP.

O projeto da nossa democracia é, e será sempre, o direito a viver melhor. O que está a falhar não é a democracia — nunca é a democracia!

A democracia permite o erro e o acerto, mas perante cada falha de um Governo, de um Deputado, erguem-se livremente múltiplas vozes de oposição e de alternativa. É o direito universal à crítica e à proposta, sem censura, sem polícia política, sem prisão arbitrária.

O erro pode residir em decisões concretas, mas nunca no facto de termos a liberdade de decidir; não no facto, claro está, de identificar erros, de os contestar e de os corrigir. Essa liberdade nunca é o problema, é precisamente o contrário — é a força da sua solução. É através dessa inteligência democrática que conseguimos converter a exaustão de um médico, de um professor, de um qualquer funcionário público ou a aflição de quem entrega quase todo o ordenado para pagar a casa numa força política de mudança, de fazer leis que protegem os portugueses e as portuguesas.

O 25 de Abril não é um museu de boas intenções. É uma oficina viva que exige as mãos de cada geração.

Jorge de Sena, na voz de Camões, avisou-nos de quem nos quer roubar as ideias, as palavras, as imagens. Recusou morrer sem saber a cor da liberdade. Cabe-nos hoje defender a liberdade de quem a quer sequestrar para oprimir e dividir.

Estamos por isso aqui, para o nosso turno desse trabalho que nunca tem fim. Sem medo, sem ilusões, mas sobretudo sem darmos um único passo atrás. «Em cada rosto, liberdade!» Viva o 25 de Abril.

Aplausos do PS, do L, do PCP, do PAN e do JPP.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado João Almeida, do CDS-PP.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Alguém de jeito, finalmente.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Presidente Marcelo Rebelo de Sousa, Sr.ª Presidente Assunção Esteves, Srs. Membros do Corpo Diplomático, Entidades Civis, Militares e Religiosas, Sr.as e Srs. Deputados: Todos os anos, nesta cerimónia, celebramos o essencial, a liberdade e a democracia. Fazemo-lo com perspetivas diferentes, visões alternativas e, muitas vezes, opostas. Ainda bem! O 25 de Abril fez-se para que não houvesse pensamento oficial, não houvesse caminho único e não houvesse donos do regime.

Mas foi precisamente aí que começaram os problemas, desde logo porque o país sofreu a tentativa de imposição de uma cartilha oficial. Desde a primeira hora, a fação que dominava o MFA (Movimento das Forças Armadas) e o PCP tentaram condicionar o sentido da Revolução e o horizonte de liberdade que a mesma abria.

Protestos do PCP.

Depois, até a Constituição de 1976 veio consagrar, no seu preâmbulo, a abertura do «caminho para uma sociedade socialista».

Vozes do CH: — Ora bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — E ainda durante o PREC (Processo Revolucionário em Curso), o regime foi conhecendo alguns donos, que pretendiam sequestrar a liberdade e impedir a consolidação da democracia.

Ou seja, Portugal viveu um período crítico no qual a verdade oficial era comunista, o caminho obrigatório era pró-socialismo e os donos do regime queriam impedir o livre exercício da vontade popular.

Aplausos do CDS-PP, do PSD, do CH e da IL.

Hoje, como então, a única vontade soberana é aquela que se expressa pelo voto em eleições democráticas. Só assim somos livres e só assim vivemos em democracia.

Dirão alguns que tudo isto são resquícios históricos, largamente ultrapassados. Muito bem, mas então porque há tanto medo?

Vozes do PSD: — Ora bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Porque há medo de discutir a história, os factos e as suas interpretações?

Vozes do PSD: — Ora bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Porque há medo de questionar as verdades oficiais? Porque há medo de pôr em causa os donos do regime? Porque há medo de fazer reformas? Aqui, na Assembleia da República, porque há medo de celebrar o 25 de novembro?

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Nesta Câmara, porque há medo de rever a Constituição? E não só aqui, porque há tanto medo de fazer as reformas necessárias e urgentes?

Sabemos de onde vêm esses medos e reservas. Vêm dos que se apoquentam por de celebrar novembro aqui, na Assembleia da República, com a dignidade que o CDS sempre defendeu.

Aplausos do Deputado do CH Filipe Melo.

Nesse dia, alguns não vêm. Outros vêm com cara feia e há alguns que vêm carpir mágoas. Estão no seu direito, mas estão errados. Estão mesmo muito errados!

Pois nós vimos sempre a Abril, porque Abril não tem donos. Abril não é vosso, também não é nosso. Abril é do povo. Abril dispensa tutelas, guardiães e donos. Aqui, todos temos a mesma legitimidade para o assinalar.

Aplausos do CDS-PP, do PSD, do CH e da IL.

Porque aqui não há Deputados mais representativos do que outros, não há maiorias mais aceitáveis do que outras, nem há Governos mais legítimos do que outros.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, sou da geração dos nascidos em democracia.

Em 2003, fui dos primeiros nascidos depois de 1974 a falar numa sessão solene do 25 de Abril. Naquele ano, preparava-se o alargamento da União Europeia a Leste. Estavam presentes, numa cerimónia como esta, os Presidentes dos Parlamentos dos oito países que, havia pouco, se tinham libertado da desgraça moral e material do comunismo. Sonhavam com uma vida nova e viam em Portugal um exemplo.

Aplausos de Deputados do PSD e do CH.

Mais de 20 anos depois, é útil comparar a evolução de Portugal com a desses países. Em 2003, Portugal tinha um PIB (produto interno bruto) *per capita* maior, um salário médio mais alto e uma produtividade superior aos de cada um desses países. Ou seja, há 20 anos, éramos mais produtivos e

recebíamos melhor. Não admira! Estávamos a comparar-nos com países que tinham sofrido décadas de atraso sob o jugo do comunismo mais desumano. Não há outro, aliás!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Ora bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Mas 20 anos passados, estando todos em liberdade e democracia, como evoluímos nós? O PIB *per capita* cresceu menos em Portugal do que em qualquer um dos países do alargamento; o salário médio também cresceu menos; e Portugal passou a ter uma produtividade inferior à de qualquer um daqueles países. Ou seja, em 20 anos passámos a ser menos produtivos e a ganhar pior.

Nada disto era inevitável. E nada disto pode ser isolado do facto de, durante mais de 80 % desses 20 anos, termos sido governados pela esquerda ou intervencionados graças à sua bancarrota.

Aplausos do CDS-PP, do PSD, do CH e da IL.

Mas voltemos aos medos. Voltemos aos medos, porque precisamos de lhes dar resposta. Se queremos que a próxima geração se liberte deste marasmo, deste poucochinho, deste nivelar por baixo, temos de ter ambição de enfrentar esses medos. Não podemos ficar amarrados às políticas de esquerda que atrasaram o país. Não podemos ficar presos a estruturas que já não representam quem deveriam representar. Não podemos ficar limitados por taticismos partidários.

Precisamos de abrir as portas à liberdade — à liberdade verdadeira! Porque havemos de ter medo de avançar? Para nos libertarmos do que nos tolhe e atrasa, precisamos de reformas, precisamos de crescimento e precisamos de prosperidade. Já experimentámos o caminho do preâmbulo e não resultou.

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Está na altura de ser a vontade do povo a determinar para onde ir. Porque o único dono de Abril é o povo, e o nosso povo espera de nós coragem, decisão e ação.

Pela nossa liberdade e por Portugal, sempre!

Aplausos do CDS-PP, do PSD, do CH e da IL.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para uma intervenção o Sr. Deputado Alfredo Maia, do Partido Comunista Português.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Presidentes do Tribunal Constitucional, do Supremo Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Administrativo, Capitães de Abril, Sr.as e Srs. Convidados, Sr.as e Srs. Deputados:

Saudamos os militares que, naquela jubilosa madrugada de há 52 anos, fizeram imperar a voz da consciência numa demonstração do imenso valor da juventude, da audácia, da generosidade e da coragem com que tomaram nas mãos o estandarte da liberdade.

Aplausos do PCP, do L e de Deputados do PS.

Um tributo especial é devido aos incontáveis milhares e milhares de resistentes antifascistas, comunistas, outros democratas, católicos, estudantes, intelectuais, operários, empregados. Uma homenagem ainda aos combatentes dos movimentos de libertação nas colónias, irmanados na luta comum pela liberdade.

Aplausos do PCP, do L e de Deputados do PS.

Foi a luta dos trabalhadores, do povo, dos resistentes antifascistas que, em meio século de tenebrosa noite, foi iluminando as veredas que convergiram nessa alvorada e tornaram possível o levantamento do 25 de Abril, assim como a Revolução que o povo levou por diante.

Dezenas de milhares sofreram nas masmorras da PVDE (Polícia de Vigilância e Defesa do Estado), da PIDE, da DGS (Direção-Geral de Segurança), a maioria brutalizada por sevícias e torturas, muitos pagando com a vida a luta pela liberdade e pela democracia. Manuel José Vieira, Alfredo Caldeira, Bento Gonçalves, Ferreira Soares, Germano Vidigal, Alfredo Dinis, Soeiro Pereira Gomes, Militão Ribeiro, José Moreira, Alfredo Lima, Catarina Eufémia, José Adelino dos Santos, José Dias Coelho, José Gregório, Cândido Martins, António Graciano Adângio, Estêvão Giro — e tantos outros mortos!

Aplausos do PCP, do L, do BE e de Deputados do PS.

E foram milhões os alvos das vigilâncias e das devassas da PIDE/DGS e dos seus bufos.

Lembremos ainda as vítimas da longa e injusta guerra colonial: pelo menos 9000 mortos, 30 000 feridos, 15 000 deficientes entre os jovens portugueses mandados para uma guerra sem sentido; talvez mais de 85 000 mortos nos movimentos de libertação — 50 000 a 100 000 civis.

O país não era apenas pobre, atrasado económica, social e culturalmente, tolhido pela censura, pelo analfabetismo, pela malnutrição e pela mortalidade infantil. O país estava submetido à repressão brutal que nenhum democrata esquecerá, sujeito a uma ditadura fascista que alguns evocam ainda saudosamente. São os que não se conformam com a Revolução, os que insistem no ajuste de contas com o 25 de Abril e com as suas conquistas, os que procuram impor a sua narrativa revanchista.

Mas não há mistificações, saudosismos ou falsificações que apaguem os momentos exaltantes da Revolução que viraram a página e inscreveram as conquistas — políticas, económicas, sociais, culturais e civilizacionais — nas quais o povo tem um orgulho imenso e irrenunciável: as liberdades democráticas; o fim da repressão fascista e da guerra; o aumento geral dos salários e das pensões; o direito à greve e a proibição de *lockout*; o salário mínimo nacional; a liberdade sindical; a generalização do

direito a férias e respetivo subsídio; o direito à habitação, à saúde, à educação; mas também as nacionalizações e o controlo público da banca, dos seguros, da energia, das comunicações, dos transportes, da construção e reparação naval e ferroviária; a reforma agrária; o acesso a estradas, a eletricidade, a comunicações, a redes de água e de esgotos; o poder local democrático.

Estas são, entre tantas, conquistas que os grupos monopolistas e as forças reacionárias tentaram travar…

Vozes do CH: Ah!…

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — … pelo boicote económico, pela fuga de capitais, assim como pela força, com os golpes e tentativas de golpe. E também com os 600 ataques violentos — entre os quais, 310 à bomba, 136 assaltos e 58 incêndios —…

Protestos de Deputados do CH.

… contra sedes de partidos de esquerda e de sindicatos e até residências de democratas, perpetrados pelo ELP (Exército de Libertação de Portugal), pelo MDLP (Movimento Democrático de Libertação de Portugal) e outras organizações de extrema-direita, entre maio de 1975 e abril de 1977.

Aplausos do PCP, do L, do BE e de Deputados do PS.

Até ao último minuto, tentaram tudo, mas não conseguiram impedir a aprovação, há 50 anos, da Constituição mais democrática da Europa.

Cinco décadas de políticas de direita, de contrarrevolução, atacaram direitos, desmantelaram serviços públicos, alienaram instrumentos essenciais ao desenvolvimento do país, submeteram a soberania nacional a interesses estrangeiros. É nesse trajeto de retrocesso que se insere o pacote laboral com que o patronato, o Governo e a direita, que o servem, pretendem esmagar os direitos dos trabalhadores e impor ainda mais exploração e injustiça — objetivo que os trabalhadores, com a sua luta, têm rejeitado amplamente.

Abril foi — e é! — Serviço Nacional de Saúde, escola pública, direito à habitação, direito das crianças, dos jovens, das mulheres, das pessoas com deficiência e dos idosos à dignidade. É justiça, liberdade, democracia e paz, salários, respeito por quem trabalha e produz a riqueza.

É necessário retomar esse rumo, derrotando o pacote laboral, travando a injusta distribuição da riqueza, enfrentando o galopante aumento do custo de vida e rejeitando o arrastamento do país para a loucura do militarismo e da guerra.

Cinquenta e dois anos após a radiosa madrugada de abril que resgatou os trabalhadores e o povo da opressão, e 50 anos depois das primeiras eleições para a Assembleia da República, reafirmamos aqui o compromisso com os valores dessa Revolução inapagável e com o projeto promissor que anunciou um Portugal mais justo, desenvolvido e soberano.

Viva o 25 de Abril!

Vozes do PCP: — Viva!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — 25 de Abril, sempre!

Aplausos do PCP, do L, do BE e de Deputados do PS.

Vozes do PCP, do L e de Deputados do PS: — Fascismo nunca mais!

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Tavares, do Livre.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Presidente da República, Sr. Presidente Marcelo Rebelo de Sousa, Sr.ª Presidente Assunção Esteves, Dr.ª Manuela Eanes — a quem peço o favor de enviar as nossas saudações, gratas e calorosas, ao Sr. Presidente Ramalho Eanes —,...

Aplausos do L, do PS, do PCP, do CDS-PP, do BE, do JPP e de Deputados do PSD e da IL.

... Distintos Convidados das Chefias Civis e Militares, do judicial e eclesiásticas, do Corpo Diplomático, Caros Colegas Eurodeputados, também aqui presentes, Estimadíssimos Capitães de Abril e Membros da Associação 25 de Abril — muito obrigado! —...

Aplausos do L, do PCP, do BE, do JPP e de Deputados do PS.

... Sr.as e Srs. Membros do Governo, Caros Colegas, Caros Convidados, Caros Concidadãos: Nós estamos aqui para lembrar, mas a parte mais difícil do exercício tem a ver com aquilo que nunca esquecemos porque nunca nos ensinaram. Não é estranho estarmos aqui a celebrar o 25 de Abril, 100 anos depois de termos perdido uma república, a falar do regime que o 25 de Abril depôs e nunca falarmos de como esse regime se iniciou? Não é estranho que essa memória não tenha sido transmitida?

Em parte, tem a ver com o próprio peso que a ditadura exerceu sobre a memória, sendo que 48 anos foram suficientes para compor uma narrativa à sua medida.

Eles e elas, há 100 anos, nesta Casa, não sabiam que viria aí a ditadura mais longa da Europa Ocidental — quando digo «eles», falo dos Deputados que estavam nestas bancadas; quando digo «elas», falo das operárias, principalmente mulheres, da indústria do tabaco, que na altura povoavam aquelas bancadas ali acima.

O orador apontou para as galerias.

Este Parlamento, naquela altura, estava há um mês para aprovar o novo contrato dos tabacos, que valia 10 % do orçamento nacional, e isso foi o suficiente para que todos os partidos estivessem desavindos e nenhum quisesse apoiar o Governo e que, a certa altura, o Presidente do Congresso da República de então decidisse que o Governo não viria mais ao Parlamento, tal era a forma ostensiva e agressiva como ele era tratado.

Deu isto, na altura, oposições e alianças bem estranhas: os anarquistas — que incluíam grande parte daquelas operárias, na altura, da Associação Voz do Operário e do jornal *A Voz do Operário* — estavam com o Governo, porque queriam uma solução rápida, porque não queriam viver na precariedade; os nacionalistas, de Cunha Leal e Ginestal Machado, na altura, queriam entregar o monopólio, monopólio esse que depois a ditadura entregou a Alfredo da Silva — e antes a outros —, que, não por acaso, tinha o jornal que apoiou o golpe de Estado; o Governo queria a *régie* e, como disse, era apoiado pelos sindicatos; a esquerda queria o mercado livre.

A verdade é que ninguém se entendeu, e o Parlamento estava num caos quando vieram, não um, mas dois golpes no dia 28 de maio — um, de Braga, com Gomes da Costa, e outro, em Lisboa, com Mendes Cabeçadas —, ambos com promessas falsas de que o Parlamento não seria encerrado.

A promessa de que o Parlamento não seria encerrado durou três dias. No dia 31 de maio de 1926, deixámos de ter Parlamento legitimamente eleito durante 49 anos!

Era impossível, na altura, imaginar que isto sucederia assim. Era impossível imaginar que o próximo Presidente da República civil não seria Bernardino Machado, apesar de ele ter falecido com mais de 90 anos, depois de décadas no exílio, e não seria nenhum dos políticos que ali estava. Era impossível adivinhar quem seria, porque o próximo Presidente, civil, da República Portuguesa tinha na altura 1 ano e meio: era Mário Alberto Nobre Lopes Soares. E depois dele, durante 60 anos, só tivemos Presidentes da República militares.

A ditadura e, depois, o Estado Novo nasceram na corrupção e no clientelismo. Um dos correligionários de Salazar e de Cerejeira esteve envolvido na maior fraude financeira da história do país e uma das maiores do mundo: a fraude de Alves Reis, que canalizava o seu dinheiro para tentar comprar as ações do Banco de Portugal que permitiriam fazer daquele um golpe perfeito.

A ditadura militar nasceu na violência. Porque é que não temos aqui nesta colina, mesmo ao lado da nossa Assembleia da República, a lembrança das centenas de lisboetas que se levantaram, em fevereiro de 1927 — e demasiado tarde! —, naquela que ficou conhecida como a Revolta do Remorso, onde dezenas deles foram massacrados e houve centenas de feridos?

E quando digo que os lisboetas se levantaram demasiado tarde é porque seguiram apenas o que foi a coragem dos portuenses, que se levantaram nesse fevereiro de 1927, e que foram também massacrados com artilharia e com mortalha.

Aplausos do L, do BE e de Deputados do PS.

E aí estavam — vejam só, também por isso era a Revolta do Remorso! — todos os políticos que tinham estado desavindos antes, porque depois tinham o remorso de terem deixado perder a República,

de não terem tido sentido de responsabilidade e de memória suficiente para preservar a República, contra a ditadura que aí veio.

A ditadura foi violenta, foi repressiva, foi censória: 17 000 dias de censura! Começou quando ficaram abespinhados com o facto de a *Seara Nova* publicar um editorial em que dizia que os ditadores novos estavam a aprender a governar — e é verdade, houve três golpes dentro do golpe, só no primeiro mês. Esse artigo foi proibido e, a partir daí, só na tarde de 25 de abril de 1974 é que os jornais saíram sem serem primeiro visados por qualquer comissão de censura.

O momento decisivo dessa história deu-se no Terreiro do Paço. Deu-se quando, ali perto de onde foi o regicídio, ali perto de onde foi a noite sangrenta, um dos episódios mais violentos da nossa história, os canhões decidiram não disparar sobre os revoltosos. Esse momento, que fica lembrado para sempre na fotografia, de Eduardo Gageiro, de Salgueiro Maia mordendo o lábio, porque sabia que a democracia ia ganhar e que a Revolução estava ganha, é o momento decisivo da nossa história contemporânea.

Aplausos do L, do BE e de Deputados do PS e do PCP.

Compreende-se, por isso, muito mal que o Governo, depois de ter andado durante anos a adiar o projeto do Centro Interpretativo do 25 de Abril, que a Associação 25 de Abril tem levado por diante, tenha decidido deslocá-lo para a Pontinha.

O 25 de Abril merece estar no centro simbólico do nosso Estado.

Aplausos do L, do BE, do JPP e de Deputados do PS.

O 25 de Abril merece estar no sítio certo, no sítio decisivo da nossa história.

Continuação de aplausos do L, do BE, do JPP e de Deputados do PS.

E convido todos os nossos concidadãos a assinarem, em abrilnositiocerto.pt, a petição...

Vozes do CH: — Eh!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — ... para que tenhamos ali o museu nacional do 25 de Abril,...

O Sr. João Ribeiro (CH): — É uma loja *online*?!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — ... um museu vivo da democracia,...

Aplausos do L, do PS, do PCP e do BE.

... que será entregue à custódia da Associação 25 de Abril, para que se demonstre que o povo está com essa memória.

Caros Colegas,...

Protestos de Deputados do CH.

... Caros Convidados, Caros Concidadãos, naquele dia em que encerraram o nosso Parlamento, legitimamente eleito, durante 49 anos, um único Deputado, Lago Cerqueira, de Amarante, gritou «Viva a República», no que foi correspondido por muitos outros Deputados. Depois, encerraram-se as portas durante muitos meses, e quando foram reabertas foi para eleições que eram fraudulentas e, todas elas, roubadas, do princípio ao fim.

Lancemos hoje, nós também, o nosso grito de «Viva a República», mas em saudação da coragem daqueles que resistiram e do povo que está com a democracia e que vai sempre levar de vencida qualquer tentativa de impor mentiras, ou distorções, ou cravos geneticamente modificados perante a história do 25 de Abril.

Aplausos do L, do PS, do PCP.

Não tenhamos medo da história, confiemos na verdade e no nosso povo. Viva a República! Viva o 25 de Abril! Viva a democracia!

Aplausos do L, de pé, do PCP, do BE e de Deputados do PS.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para intervir a Sr.ª Deputada Mariana Leitão, da Iniciativa Liberal.

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro e demais Membros do Governo, Sr. Presidente Marcelo Rebelo de Sousa, Ilustres Convidados, Sr.ªs e Srs. Deputados: Reunimo-nos uma vez mais nesta Assembleia para celebrar mais um ano da Revolução que pôs termo a uma ditadura e deu início a uma democracia.

Há 52 anos, o país despertou, entusiasmado, com uma esperança que se concretizou mais tarde, quando ficou garantido que Portugal faria parte das democracias liberais em que hoje nos revemos. O 25 de Abril de 1974 traduziu-se numa abrupta mudança política que o povo português já tinha iniciado.

A viragem de África para a Europa, o fim do império, o fim da guerra e a adesão a uma comunidade de Estados europeus não foi algo imposto por políticos e militares, mas uma escolha antecipada pelos portugueses, que emigravam para a Europa, e por empresários que preferiam exportar para a Europa em detrimento de África.

Na verdade, os portugueses escolheram o destino europeu antes de o poder político o ter feito, antes de o Estado português o ter executado.

O 25 de Abril não foi uma imposição política. Foram os portugueses que o anteciparam da maneira que lhes era possível: indo embora, saindo, deixando de viver numa ditadura e escolhendo viver nas democracias europeias e liberais, democracias assentes na vontade popular expressa no voto e representada nos parlamentos dos diversos Estados europeus.

É hoje reconhecido que a Revolução portuguesa do 25 de Abril foi o início da terceira vaga da democratização que varreu o mundo até ao final do século XX.

São tantas as vezes em que nos lamentamos por já não estarmos na vanguarda do mundo que, quando isso sucede, não damos conta do feito que acabámos de fazer, do exemplo que demos, do caminho que indicámos, da esperança que plantámos, de como por um momento voltámos a ser pioneiros.

Mas reconhecer este feito é também reconhecer que, a partir de determinada altura, estagnámos, deixámos a dianteira, deixámos de ser um exemplo a seguir, de indicar um caminho. Voltámos a ser ignorados, um país esquecido, estagnado, inerte, um pântano que sempre se tornou num lamaçal de ressentimento, de invejas, de acusações fúteis, porque inúteis, de zangas infrutíferas, de desentendimentos frívolos, levianos e inconstantes que apenas alimentaram oportunistas, da esquerda à direita, que dão voz à zanga, mas não às soluções.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Muito bem!

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Foi perante a estagnação do seu nível de vida, foi perante a inação da classe política que os portugueses voltaram a fazer o que lhes era possível: foram novamente embora, para as democracias liberais, para as economias liberais da Europa. Esses portugueses não trocaram Portugal. Trocaram, isso sim, de governantes; trocaram, isso sim, de políticas.

Sr.as e Srs. Deputados, este é o nosso desafio, o nosso papel, o sentido e razão de ser da nossa vida política, da nossa presença aqui, nesta Assembleia, hoje, 52 anos depois da Revolução que abriu esta Sala aos portugueses.

Abril não se fez para que nada mudasse; fez-se, precisamente, para que tudo pudesse mudar, sem medo e sem donos. Abril quis um país livre. Livre também de quem, em nome de Abril, pretende que nada mude.

Aplausos da IL e do CDS-PP.

Quando um jovem faz as malas e parte, não está a fugir de Portugal; está a escolher o país que Portugal ainda não foi capaz de ser.

Quando uma família paga uma consulta privada ou um seguro de saúde, não está a ter privilégios; está a pagar duas vezes pelo mesmo direito.

Quando os pais escolhem uma escola privada para os filhos, não estão a virar costas à escola pública; estão a recusar que o futuro dos filhos dependa de uma visão ideológica do Estado que não entendem.

Vozes da IL: — Muito bem!

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Quando um trabalhador aceita um contrato precário, não está a resignar-se; está a sobreviver no mercado que o Estado teimou em não reformar.

Vozes da IL: — Muito bem!

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Os portugueses já fazem, todos os dias, as escolhas que lhes são possíveis fazer. Agora, cabe ao poder político fazer o que lhe compete, o que só ele pode fazer: o que até hoje não fez!

Os portugueses já indicaram o caminho, falta agora a coragem política para os acompanhar.

Minhas Senhoras e Meus Senhores, honrar abril, novembro e todos os outros meses, que devem ser vividos em liberdade, é estar à altura desse exemplo; é ter aqui, nesta Casa, a mesma coragem que eles tiveram, é honrar o nosso passado, é honrar o futuro e a esperança de um povo que não se engana nas escolhas que faz e que, desta vez, não nos vai perdoar se nos enganarmos nas nossas.

Viva o 25 de Abril! Viva a liberdade! Viva Portugal!

Aplausos da IL, de pé, e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Luís Carneiro, do Partido Socialista, para uma intervenção.

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Presidente Marcelo Rebelo de Sousa, Srs. Membros do Governo, bravos Capitães de Abril,...

Aplausos do PS, do L, do PCP e do BE.

... Deputados Constituintes, Dr.ª Assunção Esteves, Dr.ª Manuela Eanes, demais entidades, Convidadas e Convidados: Como escreveu Manuel Alegre «foram dias, foram anos, a esperar por um só dia». Há 52 anos, logo que franqueada a porta da liberdade pelos Capitães de Abril, o povo português, num instante de luz, decidiu-se a mudar o seu próprio destino. Com as próprias mãos, transformámos um país amordaçado e adiado num país aberto ao mundo e de progresso, feito por todas e por todos os portugueses.

O 25 de Abril foi mais do que uma Revolução; foi um sobressalto moral que deu voz a todas e a todos, que devolveu o futuro aos jovens e que restituiu o valor dos ideais de vida em sociedade.

Comemoramos, por isso, hoje, a coragem dos que ousaram acreditar que a liberdade e a democracia eram possíveis. Hoje, comemoramos também os 50 anos da Constituição de 1976, que emprestou à Revolução a força da lei e a realização das primeiras eleições para a Assembleia da República, ato fundador da nossa democracia parlamentar.

Aplausos do PS e do L.

Durante a ditadura, o país via partir, todos os anos, milhares e milhares de jovens que fugiam clandestinamente à pobreza e à guerra.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — E agora?

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Em 1955, eram 25 000 os portugueses registados em França; nos anos 70, mais de 700 000,...

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — E agora?

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — ... o que mostra bem a drenagem de tanta energia, de tanta força, de tantas gerações. Famílias que choraram as partidas de tantas e de tantos que não mais voltaram.

Muitos dos que partiram formam a nossa diáspora, viva e tão relevante, que hoje merece a nossa maior atenção, a nossa mais alta consideração. Pelo contributo que dá ao prestígio e à força de Portugal no mundo, é um dos ativos mais preciosos de Portugal e que exige, certamente, outra prioridade política.

Durante a ditadura, o país, teimosamente, persistia na guerra colonial e os jovens recebiam a guia de marcha que servia para combater numa guerra perdida e sem sentido. Perdida, porque a relação de forças num terreno geostratégico e geopolítico global não deixava antever outra solução que não a da entrega do poder aos movimentos de libertação, e sem sentido, porque imoral, injusta e contrária ao princípio da autodeterminação dos povos, consagrado na Carta das Nações Unidas.

Aplausos do PS, do L, do BE e do JPP.

A solução tinha de ser política, nunca militar. E para ser pacífica deveria ter sido negociada logo após a II Guerra Mundial. A teimosia colonialista levou o país para 13 anos de guerra,...

Aplausos do PS, do L, do BE, do JPP e de Deputados do PCP.

... responsável por milhares de mortos e de feridos, e para sequelas que ainda hoje perduram na vida das famílias.

Por isso, uma palavra sentida para as famílias e para os antigos combatentes, vítimas de um regime anacrónico e impiedoso.

Aplausos do PS, do L, do BE, do JPP e de Deputados do PCP.

Protestos de deputados do CH.

Depois do longo período do «orgulhosamente sós», Portugal apresentou-se ao mundo como um Estado de direito democrático e construtor ativo de uma ordem internacional baseada nos princípios da Carta das Nações Unidas.

O projeto europeu, liderado por Mário Soares e pelo PS, foi uma opção consciente de um líder visionário e de uma geração que viu na Europa a salvaguarda dos valores democráticos e do modelo económico e social capaz de retirar Portugal do atraso estrutural em termos económicos, culturais e sociais.

Aplausos do PS e do L.

Portugal redefiniu a sua presença no mundo. A cooperação e a diplomacia abertas sucederam ao isolamento internacional, uma visão que, aliás, inspirou a criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, nos anos 90. Foi prova do amadurecimento das relações com os povos com quem outrora tínhamos estado em guerra e um marco decisivo no reforço das relações de igualdade e fraternidade com todos os países de língua portuguesa — objetivo político de grande relevo que teve em Jaime Gama, Ministro dos Negócios Estrangeiros, uma palavra luminosa na cidade da Praia, em 1983, e, já no Governo de António Guterres, em 1996, a sua constituição. Fará 30 anos no próximo dia 17 de julho.

Sejamos claros: a nossa política externa tem de dar outra prioridade a este projeto coletivo, que tem de ser um dos motores na defesa da língua, da cultura e das relações de cooperação técnica e económica com a África, com a América e com a Ásia.

Aplausos do PS.

Alteraram-se a voz e o estatuto de Portugal no mundo. Empenhámo-nos no multilateralismo e numa ordem internacional sujeita a regras, como fundamento primordial da segurança coletiva. Só ela impede a tentação do império do mais forte e salvaguarda o interesse das nações mais pequenas. É a razão por que, além de uma opção moral, devemos estar sempre do lado do direito internacional e da Carta das Nações Unidas.

Aplausos do PS e do L.

Nunca, mas nunca, devemos esquecer que sempre que damos uma mão à guerra e nos tornamos cúmplices dela, também somos parte das suas vítimas.

A arquitetura constitucional, estabelecida em 1976, tem proporcionado décadas de estabilidade institucional, num quadro de liberdade e paz social sem paralelo na nossa história política. No entanto, sem prejuízo de outros aperfeiçoamentos, há um pilar que carece de obras de conservação e de reforma, que é o sistema judicial, desde logo para travar a crescente erosão da confiança pública no seu funcionamento.

A Constituição não é somente norma de organização do poder político, que deve ser estritamente respeitada pelas instituições e forças políticas. É também um quadro de valores e de princípios, que devem ser fator de identidade coletiva, no quadro daquilo que Habermas, o grande filósofo alemão da democracia, há pouco falecido, chamou de «património constitucional», de património da nossa Constituição. Deve, por isso, ganhar outra centralidade a formação nos valores constitucionais, na disciplina de Cidadania lecionada nas nossas escolas. Só assim seremos capazes de combater a demagogia e o populismo que minam a democracia portuguesa.

Aplausos do PS, do L e do BE.

Abril devolveu aos portugueses o direito de pensar sem medo, de falar sem censura, de escolher quem governa e de pedir contas a quem governa. Mas as mudanças sociais e económicas também foram profundas: em 1974, o país era marcado pela pobreza endémica, metade da população rural vivia sem eletricidade, o analfabetismo ultrapassava os 30 %...

Protestos do Deputado do CH Filipe Melo.

... e o acesso à saúde e à educação era privilégio de poucos. O Serviço Nacional de Saúde, a Segurança Social pública, a educação pública e generalizada são conquistas civilizacionais.

A «possibilidade da esperança», de que falou Sophia, abriu-se com Abril e traduziu-se em políticas concretas: no nascimento de escolas, de centros de saúde e de hospitais, na eletrificação, nas redes de água e de saneamento básico, nas instituições de ensino superior, nos equipamentos culturais, sociais, desportivos e recreativos, mas, mais importante, na escolarização e na qualificação das pessoas, na redução da pobreza e das desigualdades, na esperança média de vida, nas taxas de mortalidade infantil.

Pouco a pouco, contando com a solidariedade europeia, Portugal aproximou-se dos indicadores médios de desenvolvimento dos países mais avançados. Temos orgulho por termos contribuído para o mais importante salto de qualificação dos portugueses alguma vez vivido na nossa história.

Aplausos do PS e de Deputados do L.

Apesar do caminho percorrido neste meio século, de que nos devemos orgulhar, há desigualdades que persistem e outras que se agravam, um crescimento económico débil e dificuldades às quais é necessário responder — o custo de vida em geral, e da habitação em particular, a instabilidade e a insegurança nas respostas da saúde —, o que mostra que a justiça social é uma conquista de todos os dias e não um legado cristalizado.

O Sr. **Marcus Santos** (CH): — E a corrupção?

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — O progresso económico só tem sentido quando serve as pessoas. A liberdade sem uma vida decente é incompleta. Abril continua atual nos desafios de hoje: na habitação, na saúde, na educação, no acesso à cultura e ao conhecimento, na economia e nos rendimentos e na promoção da coesão em todo o país.

O Sr. **Marcus Santos** (CH): — E a corrupção?

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Precisamos de estimular o crescimento económico, mas tal não justifica a revisão dos direitos constitucionais dos trabalhadores, designadamente a proibição dos despedimentos sem justa causa,...

Aplausos do PS e do L.

O Sr. **Marcus Santos** (CH): — E a corrupção?

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — ... nem o destratamento dos imigrantes — afinal, um país de emigrantes! —,...

Aplausos do PS, do L e do BE.

... de quem a nossa economia e os serviços sociais tanto carecem. Só podem contar com a nossa oposição às políticas em curso nesse sentido, porque nós somos a alternativa credível e de confiança para servir Portugal.

Aplausos do PS.

Hoje, vivemos tempos de incerteza global. As sociedades polarizaram-se. Crescem os populismos, os discursos do ódio, a desconfiança nas instituições. A melhor resposta a essas ameaças é lembrarmos e valorizarmos a mensagem de Abril.

Cumprir Abril é resolver de facto os problemas que atingem os nossos concidadãos. Cumprir Abril é permitir o acesso a uma habitação digna às jovens famílias, é criar condições para a sua realização

pessoal e profissional. Cumprir Abril é aumentar os rendimentos dos trabalhadores e, no momento por que estamos a passar, ajudar as famílias a enfrentarem o brutal aumento do custo de vida. Cumprir Abril é garantir igualdade salarial entre homens e mulheres, é valorizar o papel da mulher na sociedade, a todos os níveis.

Aplausos do PS e do L.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Portuguesas e Portugueses: homenageamos aqui a coragem e a generosidade dos Capitães de Abril, que Salgueiro Maia tão bem soube protagonizar. Nós somos os herdeiros dessa crença, e há aqueles que, sendo filhos desta crença, a querem renegar.

Os portugueses sabem que podem contar connosco para defender esses valores e esses princípios,…

Aplausos de Deputados do PS.

… porque hoje não celebramos o passado. Hoje, assumimos um compromisso com o futuro, para o bem de todos. Hoje, é tempo de reafirmar, na Casa da Democracia, o sonho de um país cada vez mais livre, mais justo e mais solidário, como aponta o artigo 1.º da nossa Constituição.

Aplausos de Deputados do PS.

Sr.as e Srs. Deputados, a liberdade não se oferece. A liberdade conquista-se! A democracia não é um prémio. Como disse Mário Soares, ela não tem pais, porque somos todos nós que a fazemos, todos os dias.

Viva o 25 de Abril! Viva Portugal!

Aplausos do PS, de pé, do L, do PCP e do BE.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para uma intervenção o Sr. Deputado André Ventura, do Grupo Parlamentar do Chega.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Vão começar os enfartes!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Presidente da Assembleia, Sr. antigo Presidente da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Altos Dignitários Civis e Militares, Convidados, Sr.as e Srs. Deputados: Hoje, celebramos o 25 de Abril, o dia que será, ou seria, da liberdade de todos. E por isso, por ser de todos, não é o dia dos Capitães de Abril. É o dia dos Capitães de janeiro, de fevereiro, de março, de maio, de junho, de julho, de agosto… É o dia de todas as Forças Armadas! De todas as Forças Armadas!

Aplausos do CH.

Não é o dia em que se celebram capitães de um mês, nem coronéis de outro mês. É o dia de todos: dos que estavam, à esquerda e à direita, dos que queriam um país diferente e um país de liberdade.

Por isso também nunca aceitaremos, neste Parlamento — nunca, porque nunca aceitaremos que o valor da liberdade seja reduzido! —, que aqueles que aqui vêm hoje e sobem a esta tribuna exaltem guerrilheiros que estavam a matar militares portugueses por todo o mundo.

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Da nossa parte, quero que saibam que quem mata militares portugueses, quem mata autoridades portuguesas, não tem outro nome senão o de «assassino», e não nós nunca nos esqueceremos deles. Nós nunca nos esqueceremos deles.

Aplausos do CH, de pé.

Apunhalados pelas costas, assim fomos. Apunhalados pelas costas, assim fomos!

O Sr. **Francisco Gomes** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Exatamente!

O Sr. **André Ventura** (CH): — E agora percebemos: não, Dr. José Luís Carneiro, não foi só o impacto geoestratégico, não foi só a zona melhor ou pior do continente africano, não foi só o que era injusto e imoral. Fomos apunhalados pelas costas. Apunhalados pelas costas!

Aplausos do CH.

Apunhalados pelas costas, porque enquanto uns lutavam, outros louvavam os que os matavam.

Vozes do CH: — Ora bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Enquanto uns lutavam por um país, outros aplaudiam aqueles que matavam em nome desse país.

Da nossa parte, assumimos a nossa história como um todo: aquela que nos levou a além-mar e nos fez ser grandes, a luta pelo nosso território, o levar valores ao mundo inteiro, sem nunca achar que esta enorme nação começou numa madrugada de Abril. Esta enorme nação começou há muitos séculos atrás: uns com mais liberdade, outros com menos liberdade; uns com mais crescimento económico, outros com menos crescimento económico; sejamos francos, uns com melhores Deputados, outros com piores Deputados.

Risos e aplausos do CH.

Foi assim a vida da democracia. Foi assim a vida da democracia, foi assim a vida da nossa história.

Continuação de aplausos do CH.

Celebrar o 25 de Abril, Sr. Presidente e Srs. Deputados, de uma vez por todas, tem de ser assumir toda a nossa história. E como hoje aqui disseram, uma parte da nossa história são os que partiram — reconhecemos isso facilmente. Por isso eles ficaram sempre muito incomodados em ver-nos, ano após ano, a fazer grandes cerimónias do 25 de Abril, nesta Casa, com cravos e outras coisas, enquanto eles tinham de partir para a Bélgica, para a França, para a Suíça, para os Estados Unidos, para o Canadá. Tanta festa, e eles tinham de partir à mesma!

Em nome deles e por eles, porque me foi pedido por eles também, este cravo verde é o símbolo da nossa comunidade emigrante no mundo inteiro.

O orador exibiu um cravo verde feito em croché.

Aplausos do CH, de pé.

É para eles que está aqui, para não nos esquecermos de que eles existem, que eles são portugueses e que nós não nos podemos esquecer deles.

O orador colocou o cravo verde sobre a ornamentação da tribuna, composta de cravos vermelhos naturais.

Continuação de aplausos do CH, de pé.

Cinquenta e dois anos depois, continuamos a perguntar-nos se devemos ou não ser o país das reformas. Que reformas devemos fazer? Que reformas a esquerda quer e não fez? Que reformas a direita quis e algumas instituições não deixaram? Que reformas vamos fazer? O que é que vamos aprovar no Parlamento?

Em tantas reformas que fazemos, para a frente e para trás, de esquerda e de direita, esquecemos sempre o mais importante: as reformas miseráveis dos que estão em casa e que vivem com pensões miseráveis, hoje em dia.

Aplausos do CH.

Talvez fosse nessas que uma classe política degradada e corrompida deveria ter pensado ao longo de 50 anos. Talvez mais importantes do que a reforma do Estado, ou a reforma laboral, ou a reforma

do visto, ou a reforma disto ou daquilo fossem as reformas daqueles que trabalharam, que construíram este país e que hoje vivem miseravelmente. Talvez fosse mais importante do que os cravos que estamos aqui a distribuir, talvez fosse mais importante do que os que ontem foram cantar para o Largo do Carmo, a andar com flores para a frente e para trás, a cantar e a levar copos de cerveja de um lado para o outro, que pedíssemos aos nossos autarcas que não fossem corruptos e que fôssemos capazes de dizer que quem for condenado por corrupção não deve voltar a exercer cargos públicos em Portugal.

Aplausos do CH.

A Sr. **Isabel Mendes Lopes** (L): — Exatamente!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Verdade! Como os vossos!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Quem for condenado por corrupção não deve voltar a exercer cargos públicos em Portugal! Talvez isso fosse tão ou mais útil do que qualquer cravo que aqui está em cima. E nunca tantos portugueses — nunca tantos! —, no glorioso Abril do SNS (Serviço Nacional de Saúde) grátis, do direito universal à saúde, da tal Constituição, nunca tantos, na nossa história, tiveram seguros de saúde. Nunca tantos, na nossa história gloriosa, tiveram de pagar, do seu salário, seguros de saúde para terem direito a uma saúde que o país lhes prometeu!

Vozes do CH: — Ora bem!

Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Talvez se tirássemos estes cravos todos, talvez se os levássemos, todos pensássemos que mais importante do que festas com cravos é garantir que o tal texto da Constituição, de que tanto gostam, não é um texto para vocês andarem a levar ao colo, à noite, enquanto bebem cerveja!

Aplausos do CH, de pé.

É para os portugueses terem direito à saúde, à educação, à habitação, a um salário digno, a uma justiça digna. Era para isso que a Constituição deveria servir.

Continuação de aplausos do CH, de pé.

O 25 de Abril trouxe-nos também muita da liberdade que desfrutamos e formou, e deixou formar, cidadãos apáticos e incapazes de fomentar a crítica.

Enquanto falamos de liberdade, assumimos normalmente que alguns queiram ilegalizar partidos, mesmo que sejam os maiores ou os segundos maiores do Parlamento.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Não!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Enquanto se diz «liberdade, liberdade, liberdade»: ilegalização para aqueles com quem não concordam, prisão para aqueles que dizem aquilo de que não gostam e processos judiciais para quem proclama para o país aquilo de que não gostam.

É a liberdade que eles sempre quiseram! Porque não era a liberdade de todos, era a liberdade de cinco ou seis deste lado.

O orador apontou para a bancada à sua direita.

Agora é de 60, de 80! E vocês serão vencidos nesta luta da liberdade e da democracia.

Aplausos do CH, de pé.

Agora é de uma Casa grande, é de uma direita grande, que não vai desistir até conseguir transformar a liberdade.

Continuação de aplausos do CH, de pé.

Querem museus e querem escolas. Querem museus do 25 de Abril e querem escolas. Não lhes bastou gastarmos 5000 € por mês em salários, para o 25 de Abril e para as comemorações de dois anos do 25 de Abril! Um milhão de euros gastos com comissões de celebração do 25 de Abril.

Querem mais museus e querem mais história, mas não querem honrar a nossa história. E enquanto pedem museus, enquanto pedem que se abram mais barracas por aí afora, enquanto fazem isso, esquecem. Eu sei que eles estão aqui, hoje, também, estes que também são a nossa história: homens e mulheres que lutaram numa guerra em que não deviam, evidentemente, mas lá estavam! Lá cumpriram o seu dever! Hoje, não têm nada, e dão-lhes miseráveis cartões de saúde, a eles e às famílias.

Aplausos do CH, de pé.

Eles são parte da nossa história, são parte da nossa vida, são parte da nossa vida coletiva. A todos os antigos combatentes deste país, a todos os que regressaram das nossas antigas províncias, a nossa homenagem mais sentida deste Parlamento.

Continuação de aplausos do CH, de pé.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, quis a história que esta celebração do 25 de Abril acontecesse num contexto de reforma laboral e de reforma do Estado. Devemos deixar claro o que queremos e ao que vimos: precisamos de, e o Chega quer, uma reforma do Estado.

O país precisa de uma reforma do Estado. O país precisa de melhor trabalho e precisa de melhor economia no trabalho; precisa de mais investimento e de mais crescimento.

Há, porém, duas coisas que nunca poderemos aceitar, e que devem ser ditas, aqui também, neste 25 de Abril. Nunca poderemos aceitar que nenhuma reforma seja mais facilitadora da corrupção do que o que temos hoje, num país cujos índices de perceção da corrupção estão atrás dos da Arábia Saudita e dos do Botsuana.

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Repito, num país onde os índices de perceção da corrupção estão atrás dos do Botsuana e dos da Arábia Saudita. Não podemos ter reformas que aumentam ainda mais ou facilitam essa corrupção.

Tal como não podemos fazer reformas para tirar a ideia e a base sustentável do que é o trabalho. Tivemos, durante anos a mais, um país para quem não fazia nada. Quem trabalha, quem tem todos os dias de sustentar este país, seja por turnos, seja em horas extraordinárias, seja no dia a dia do trabalho duro não nos permitirá uma reforma que lhe tire os direitos e aumente a precariedade.

Temos de fazer diferente, sendo de direita ou de esquerda. Durante anos falaram de trabalho e de trabalhadores. Nós representamos o trabalho e os seus trabalhadores!

Aplausos do CH.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, uma nova classe de silenciados nasceu em Portugal, nos últimos anos. Uma nova classe de pessoas a quem também prometemos dar um país melhor e não conseguimos: a mãe que quer pôr o filho na creche, mas não consegue,...

Vozes do CH: — Vergonha!

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... porque lhe dizem que há imigrantes que têm prioridade sobre essa creche.

Protestos de Deputados do PS e do L.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — É mentira!

O Sr. **André Ventura** (CH): — A mãe a quem dizem que não pode pôr o filho na creche porque outros imigrantes têm prioridade.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Falso!

O Sr. **André Ventura** (CH): — O pequeno empresário, sufocado em impostos, no segundo país da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico) com maior fiscalidade sobre as empresas.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Ora bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — As forças de segurança, que se cansam de agir, porque às tantas tem mais direitos o bandido que os agride do que eles, para poderem fazer alguma coisa; que se cansam de serem sempre maltratados, humilhados e tratados como lixo e pensam que é melhor não fazer nada, que mais vale deixar o crime andar por aí. Pensam: «Vou prejudicar-me, a mim e à minha família, quando não me deixam exercer a autoridade do Estado?» — esses também são os silenciados de Abril.

O casal que quer comprar casa, mas a quem é dito que a câmara só construiu para ciganos e que, portanto, eles não têm direito a ela.

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Esses também são os silenciados de Abril!

Vozes do CH: — É verdade!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Aqueles que querem uma cultura, mas quando a cultura não é de esquerda acabam os apoios do Estado e das câmaras municipais, acaba tudo aquilo que era a beleza da cultura e a beleza de Abril.

A Sr.ª **Felicidade Vital** (CH): — Certo!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Esses também são os esquecidos de Abril. Esses também são aqueles que foram derrotados por uma cultura que se impôs sempre para o mesmo lado, sempre para destruir, sempre para empobrecer, sempre para corromper. E nós temos o direito, digo mais, como dizia Sá Carneiro, nós temos o dever — além do direito, temos o dever! — de dar voz a esses silenciados.

Estes são os novos revoltosos das novas manhãs e das novas madrugadas. Estes são os que olham para nós e não veem solução.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Estes são os que olham para o Parlamento e abanam, tremem quando veem o que aqui fazemos, ou o que não fazemos. Estes são aqueles a quem nós, agora, nestas manhãs que não são as de 1974, são as de 2026, temos de dar resposta.

Há todo um povo de milhões, aqui e espalhado pelo mundo, que não quer mais cravos, nem mais flores, que não quer conversa nem cerimónias vazias, que não quer gastar milhões em cerimónias,...

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... nem em festejos, nem em quadros; um povo que quer, de uma vez por todas, ter voz.

Nós temos o dever de ser a voz desses que perderam a voz; de ser a voz, não de Abril, mas de maio, de junho, de julho, de agosto, e daí até dezembro, porque Portugal é todos os dias e os portugueses querem de nós a luta todos os dias.

Continuaremos, ganharemos e não nos esqueceremos dos que nos apunhalaram pelas costas.

Aplausos do CH, de pé.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Soares, do Partido Social Democrata.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro e demais Membros do Governo, Sr.as e Srs. Presidentes dos Tribunais Superiores, Sr. Presidente Marcelo Rebelo de Sousa, Sr.ª Dr.ª Manuela Eanes, Sr.ª Dr.ª Assunção Esteves, Sr.as e Srs. Embaixadores, Ilustres Convidadas e Convidados, Autoridades Civis, Militares e Religiosas, Sr.as e Srs. Deputados: Abril não é dos cravos verdes nem dos cravos vermelhos.

O orador ergueu, primeiro, o cravo verde depositado na tribuna pelo orador anterior e, de seguida, um cravo vermelho.

Abril é da bandeira de Portugal. Abril é de Portugal.

Após erguer os dois cravos em conjunto, o orador colocou-os na tribuna.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Aquele dia cravou na memória sons que não se ouviram: o silêncio dos cravos, em vez das balas; o silêncio das lágrimas, em vez dos gritos; o silêncio ensurdecedor de uma esperança proclamada.

A coragem de tantos que lutaram pela liberdade, que hoje defendemos, tem agora outras declinações, novas formas de coragem. Hoje, como antes, a coragem não está em aderir ao pensamento dominante; hoje, como antes, não está em acompanhar as modas ou as tendências; hoje, a coragem está em enfrentar os extremismos, a demagogia e os divisionismos. Hoje, há mais divisão e, por isso, mais desafios. Há menos paciência para o diálogo e, por isso, mais tentação para o conflito.

Numa palavra, é preciso ter coragem para cumprir Abril. Era disto que falava Nuno Morais Sarmento, que aqui homenageio, quando dizia: «Abril não é revolução, Abril é evolução.»

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Cumprir Abril é a coragem de dizer «não», acreditando que, como escreveu Manuel Alegre, há sempre alguém para resistir e dizer não. E hoje somos nós a dizer «não». A dizer «não» aos populismos, de direita e de esquerda. A dizer «não» ao radicalismo, venha de onde vier. A dizer «não» à pobreza e à exclusão. A dizer «não» à indiferença e à desigualdade. Mas também a dizer «não» ao imobilismo!

Dizer «não» ao imobilismo é cumprir Abril, e para isso, para vencer o marasmo, para romper a mansidão, também é preciso saber dizer «sim». Dizer «sim» a baixar os impostos sobre os trabalhadores,...

Risos e protestos do CH.

... designadamente os mais jovens, e sobre as empresas. Dizer «sim» para aumentar salários, aumentar pensões e aumentar o complemento solidário para idosos, e acabar com injustiças na sua atribuição. Dizer «sim» a garantir a segurança de pessoas e bens e reforçar a autoridade dos professores na escola pública e a sua qualidade. Dizer «sim» a garantir o acesso, a todos, ao Serviço Nacional de Saúde, mas não desperdiçar a capacidade instalada no setor social ou no setor privado.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Dizer «sim» a receber com humanismo, mas regulando a imigração. Dizer «sim» ao diálogo — são já, como sabem, mais de 40 acordos com representantes de trabalhadores da Administração Pública, um acordo tripartido na concertação social e, como as Sr.as e os Srs. Deputados sabem, muito, muito diálogo neste Parlamento.

Cumprir Abril é emprego, é salário, é qualidade de vida, é poder local, é autonomia regional. Hoje, também é preciso coragem para dizer «sim».

Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr.as e Srs. Deputados e Excelências, cumprir Abril é sermos democratas plenos, é viver a democracia na sua plenitude. O democrata pleno é o que festeja o 25 de Abril e celebra, sem dúvidas, o 25 de Novembro.

Vozes do PSD: — Muito bem!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — O democrata pleno é o que saúda os Capitães de Abril, mas não esquece a memória de Pires Veloso ou de Jaime Neves.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O democrata pleno combate o radicalismo, mas aceita o veredito do povo.

O povo não é o que nos convém. O povo é sempre soberano. Digo, com a liberdade de quem Abril também lhe pertence: o povo é quem mais ordena. Sempre! Mas repito: o povo não é quem mais ordena só quando convém a alguns. O povo é sempre quem mais ordena!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O democrata inteiro é o moderado que não polariza, não divide; antes, junta, soma, agrega. É o que atua nesse chão comum que nos une a todos, alicerçado na coragem de não nos resignarmos.

O democrata pleno aceita a diferença. O democrata pleno não se arroga dono da liberdade, porque sabe — o democrata inteiro e pleno sabe que tem de saber! — que a liberdade não é para alguns, a liberdade é de todos. E isto também é cumprir Abril.

E o que dizer de nos despedirmos de preconceitos ideológicos que só tribalizam? A ala esquerda tem medo da palavra «pátria», a ala direita baniu a palavra «humanismo». A ala esquerda receia hoje a palavra «autoridade», a ala direita parece esquecer a doutrina social da Igreja e o respeito ao próximo.

Vozes do CH: — Oh!...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Num Parlamento como este, que o povo soberano escolheu — sim, o povo é sempre quem mais ordena! —, em que temos uma esquerda mesmo cada vez mais preconceituosa e uma direita cada vez mais radicalizada, o humanismo transformador, esse, está mesmo na moderação. Na nossa moderação!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A nossa moderação para cumprir Abril.

Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr.as e Srs. Deputados, Excelências, foram e são muitos os que cantaram e cantam Abril: do nosso, vosso, Jorge Palma, que se encosta a mim enquanto houver estrada para andar; ao nosso, vosso, Paulo de Carvalho, que quis

saber quem somos; ou a Zeca, que é de todos, que queria que trouxéssemos um amigo também. Mas é à *Pedra Filosofal* que vou buscar a nossa definição: Abril é o sonho que comanda a vida, e sempre, mas «sempre que um homem sonha, o mundo pula e avança como bola colorida entre as mãos de uma criança».

Há dias, a Assembleia da República homenageou um nome maior da nossa cultura: Ruy de Carvalho. Termino, citando-o, bem do alto dos seus 99 anos. Dizia Ruy de Carvalho: «A democracia, amá-la e estimá-la. Acima de tudo, a democracia e a liberdade são as coisas mais belas que um homem pode ter. Por isso é que não entendo ser possível não ser democrata».

Cumprir Abril é cumprir Portugal!

Aplausos do PSD, de pé, e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Agora é a vez da intervenção do Presidente da Assembleia da República.

Sr. Presidente da República, Sr. Primeiro-Ministro e demais Membros do Governo, Sr.as e Srs. Presidentes dos Tribunais Superiores, Sr. Presidente Marcelo Rebelo de Sousa, Sr.ª Presidente Assunção Esteves, Sr.ª Dr.ª Manuela Ramalho Eanes, Autoridades Civis, Militares e Religiosas, Sr.as e Srs. Embaixadores, Caros Capitães de Abril, Ilustres Convidadas e Convidados, Sr.as e Srs. Deputados, Portuguesas e Portugueses: Estamos quase a encerrar um ciclo de celebrações, meio século do 25 de Abril, do 25 de Novembro e da Constituição — cinquenta anos de democracia que têm sido assinalados nesta Casa, mas não só nesta Casa! Nas redes sociais, na televisão, na rádio e mesmo à mesa das refeições, os portugueses discutiram as efemérides históricas com uma estranha atualidade.

Ao que assistimos nestes meses não foi só a um debate sobre o passado, foi também a uma reflexão sobre o presente e o futuro da nossa democracia, e isso é, a todos os títulos, extraordinário.

Mais revisão constitucional, menos revisão constitucional, mais palavras inflamadas, menos palavras inflamadas, a verdade é que, 50 anos depois, a esmagadora maioria dos portugueses quer este regime e gosta deste regime. Repito: quer este regime e gosta deste regime!

Aplausos do PSD, do PS, da IL, do L, do BE e de Deputados do PCP.

Mas isso não significa que ache que tudo está bem.

Se analisarmos os números da participação eleitoral e os estudos de opinião, conseguimos concluir que a maioria dos portugueses gosta da política. Aparentemente, só não gosta, ou desconfia, dos políticos.

Dito assim, pode parecer estranho, mas deixem-me aproveitar, já que estamos a terminar estas celebrações, para dizer estas coisas inconvenientes e pouco populares: há um discurso fácil contra a política e contra o sistema que pode pendurar-se na desconfiança e fazê-la crescer.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Presidente**: — Sr.as e Srs. Deputados, é altura de admitirmos a possibilidade de o problema português não ser a Constituição, o capitalismo, o regime, as instituições ou o funcionamento da democracia; o problema pode estar também em nós, os políticos. A começar por esta ideia de que há eleitos e eleitores, governantes e governados, gente que manda e gente que é mandada; esta ideia — tão propagada e generalizada em discursos mais populistas ou populares — de que há uma casta, às vezes chamada de «elite», e que nós, aqui hoje sentados, somos essa casta ou elite.

Nada de novo! A ideia atravessou diferentes séculos, diferentes contextos políticos, países e ideologias, mas aqui está, bem viva, e materializa-se naquela malfadada expressão que, num momento ou outro, todos aqui já utilizamos: «o país real».

Sim, todos nós já cometemos o pecadilho de assumir que lá fora existe um país real, com portugueses verdadeiros, e que cá dentro temos um país oficial, com portugueses de outra estirpe, casta ou elite. Bem, hoje está mais na moda dizer que vivemos numa bolha, mas o princípio é o mesmo.

Com a franqueza de quem já utilizou várias vezes a expressão «país real», permitam-me que faça de advogado do diabo. Sim, de facto, temos políticos que dedicaram a vida inteira ao serviço público, temos ministros que passaram a Deputados, Deputados que passaram a ministros, às vezes com uma paragem como gestores públicos.

Sim, de facto, 50 anos depois, já temos os filhos dos políticos a fazer política.

Sim, de facto, temos políticos cada vez mais profissionais e um regime de incompatibilidades que obriga à profissionalização dos políticos.

Sim, de facto, temos cada vez mais políticos que começaram nas juventudes partidárias e continuaram a carreira sem nunca, diz-se, conhecerem o dito «país real».

Sim, de facto, temos cada vez mais dificuldades em atrair talento para a política.

Não quero, com isto, provocar ninguém em particular, mas todos, todos em geral. Quero lembrar que estes factos ou padrões correspondem à definição exata de «casta» ou de «bolha»; quero apenas lembrar que os portugueses podem ter mesmo razão para sentir desconfiança, ou que, pelo menos, devemos admitir essa possibilidade.

Nos últimos anos, para combater os problemas reputacionais da política, fomos repetindo chavões: é preciso combater os conflitos de interesses; é preciso acabar com as portas giratórias; é preciso exigir transparência; é preciso acabar com a pouca-vergonha das mordomias dos políticos. Repetimos os chavões e fomos tomando medidas.

Medidas dos políticos contra os próprios políticos são sempre muito populares, ou populistas, como hoje se diz. E de repente, discutir o aumento da remuneração dos políticos passou a ser um assunto proibido, um tema de que não falamos, porque não é popular. Esquecemos o velho princípio democrático, que vem desde os tempos de Péricles, de que o serviço público, para atrair os melhores e para ser acessível a todos, ricos ou pobres, deve remunerar bem.

Quisemos acabar com as portas giratórias, porque — imagine-se! — era inadmissível que alguém fosse trabalhar para o setor privado depois de ter estado no serviço público, e de repente temos outras portas giratórias, entre gabinetes e Parlamento, Parlamento e Governos, Governos e Administração

Pública, assessorias e órgãos de Estado. Em Portugal temos uma alternância quase plena: nós alternamo--nos a nós próprios.

Quisemos acabar com os conflitos de interesses e criámos um regime de incompatibilidades que, na prática, impossibilita alguém de tutelar a área que conhece e em que trabalhou toda uma vida.

Aplausos do PSD, da IL, do CDS-PP, de Deputados do PS e da Deputada do L Patrícia Gonçalves.

Desconfiamos de empresários a tutelar a Economia, de polícias na Administração Interna, de médicos na pasta da Saúde ou de professores na Educação.

Quisemos, e bem, dar condições aos portugueses para desempenharem as funções de Deputados em dedicação plena, mas, com os anos, passamos a olhar com suspeita para quem escolhe trabalhar ao mesmo tempo que é Deputado. É claro que um Deputado médico ainda pode dar consultas, claro que um advogado ainda pode advogar e um quadro intermédio de uma empresa ainda pode ir ao escritório. O Estatuto dos Deputados permite-o, a lei permite-o, mas deixou de ser politicamente correto, como se um Deputado, por trabalhar numa empresa ou num setor de atividade, contraísse automaticamente um conflito de interesses.

Aplausos do PSD, da IL e do CDS-PP.

Pode votar um voto de louvor a um rancho folclórico de Vilar de Perdizes, mas é automaticamente suspeito de tráfico de influências se participar num debate sobre o tema que ele domina. Como se o facto de conhecer um setor lhe retirasse autoridade, em vez de acrescentar.

Aplausos do PSD, da IL, do CDS-PP e de Deputados do PS.

Quisemos transparência e fizemos por isso. Não bastava declarar os rendimentos, era preciso declarar publicamente se a mulher ou o marido é rico, se o primo é pobre, se o enteado é empresário, se a casa tem elevador, quantas casas de banho tem, se tem empréstimo, se o empréstimo é com taxa fixa…

Aplausos do PSD, da IL e do CDS-PP.

… ou se é bonificado, se o filho anda no colégio, se é o sogro que paga o colégio, se vai ao hospital privado ou público e, indo ao hospital, que tipo de pulseira lhe dão.

Risos do PSD, da IL e do CDS-PP.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Presidente**: — Tornamos, tantas vezes, a vida política num *reality show*...

Risos do PSD.

... e fomos aceitando a ideia de que os políticos estão a esconder qualquer coisa.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Presidente**: — Sr.as e Srs. Deputados, os políticos que defenderam e advogaram a presunção de inocência para os cidadãos do dito «país real» são os mesmos que defendem e advogam a presunção de culpabilidade para todos os políticos.

Aplausos do PSD, da IL, do CDS-PP e de Deputados do PS.

Somos culpados até prova em contrário.

O resultado de tudo isto não é uma política mais aberta à sociedade, é o entrincheiramento da política, a política fechada sobre si mesma, a política a conversar consigo mesma.

Os remédios populistas não abrem a política, fecham-na.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Presidente**: — Os remédios populistas não popularizam a política, fazem-na mais elitista.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Presidente**: — Conhecerão, certamente, a frase do Groucho Marx, que não queria pertencer a um clube que aceitasse como membros pessoas como ele.

O nosso trabalho, Sr.as e Srs. Deputados, é alargar o clube da política. Alargá-lo tanto que deixe de ser um clube, para reforço da qualidade da nossa democracia.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Presidente**: — Temos a responsabilidade de trazer para esta Sala, e para outras de representação democrática, mais pessoas talentosas, competentes e motivadas para servir o país. Pessoas de áreas diferentes, com experiências, percursos e origens diferentes, porque a nossa democracia é, felizmente, interclassista.

O que me leva a uma história final: há dias, fui contactado por um grupo de professoras da Escola Secundária de Palmeiras, na Covilhã, que queriam obter da Assembleia da República um reconhecimento à aluna Lua Afonso, e explicavam no seu texto as razões do pedido. Lua Afonso tem 18 anos, é uma aluna brilhante, com 20 valores a todas as disciplinas e exames nacionais. É também pianista e atleta de competição, integrando a Seleção Nacional de Skyrunning, e venceu o Concurso Nacional de Leitura. Além de tudo isto, estará no próximo verão nos Estados Unidos a representar a Europa na final mundial da International Space Design Competition, uma iniciativa da NASA (National Aeronautics and Space Administration).

A Lua Afonso não pôde estar nesta sessão solene — está neste momento em Ponte de Sor, num projeto da Agência Espacial Portuguesa —, mas escreveu-me a falar de tudo isto: do seu percurso, desde a Serra da Estrela à descoberta do espaço; do valor que dá à liberdade, ao trabalho e à responsabilidade; e do desejo que tem de contribuir para a participação pública dos jovens.

Acredito que o 25 de Abril, a data maior da nossa democracia, não deve perder-se em debates sobre o passado, em balanços e comparações, juízos e opiniões.

O 25 de Abril é presente e futuro. Cumpre-se quando jovens como Lua Afonso, que terá um futuro e uma carreira brilhantes pela frente, encontrem espaço para participar na política…

Aplausos do PSD, da IL, do L e do CDS-PP.

… porque o serviço público não pode dispensar os melhores.

Talvez este deva ser o foco da nossa sessão de hoje, ou, pelo menos, devemos admitir essa possibilidade.

Aplausos do PSD, da IL, do CDS-PP e do PAN, de pé, do JPP e de Deputados do PS.

O Deputado do PS Pedro Delgado Alves permaneceu de pé, voltado de costas para a Câmara.

Vai usar da palavra S. Ex.ª o Presidente da República.

O Sr. **Presidente da República** (António José Seguro): — Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Presidente Marcelo Rebelo de Sousa, Sr.ª ex-Presidente da Assembleia da República Assunção Esteves, Srs. Presidentes dos Tribunais Supremos, Sr.as e Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados, Sr.as e Srs. Membros do Corpo Diplomático, Excelentíssimas Autoridades Civis, Militares e Religiosas, Ilustres Convidados, Minhas Senhoras e Meus Senhores: A liberdade é tão natural como a nossa vida. A liberdade, a igualdade, a justiça social, a democracia, são valores que fazem parte da nossa identidade coletiva. São os elos que dão coesão à nossa sociedade, como se fossem uma segunda terra-mãe, o nosso chão comum, como tanto gosto de lhe chamar.

O ponto de partida, o 25 de Abril de 1974, é de valor inquestionável. Reúne um apoio esmagador, intergeracional e que, de tão virtuoso, assumimos como natural, tão natural como o ar que respiramos.

Aplausos do PS, do L e do JPP.

É o caso desta sessão solene. O que ouvimos hoje, nesta Assembleia, é Abril. Todas e todos puderam manifestar as suas opiniões, devido às liberdades de pensamento e de expressão conquistadas em Abril.

Todos podem escolher livremente os seus representantes na Assembleia da República, como sucedeu há exatamente 50 anos com as primeiras eleições legislativas. Somos iguais e livres no pensar, no agir, no criar, no ser e no amar. Esta é a liberdade que o 25 de Abril nos deu.

Cito José Gil quando diz que «o discurso que pretende fundar a igualdade refere-se a um acontecimento universal, o nascimento», com o princípio de que «todos os homens, nascem livres e iguais.» Ou, nas palavras de Eugénio de Andrade, poeta e voz de uma geração que nunca desistiu da liberdade: «Não nascemos para ser servos. Nascemos para ser cidadãos.»

De certa forma, o 25 de Abril, em termos coletivos, foi isso: um nascimento, «o dia inicial, inteiro e limpo» de Sophia, onde todos nos sentimos livres e iguais.

Na história portuguesa não há muitos momentos assim. Por isso, nunca é demais a evocação e o agradecimento aos Capitães de Abril, a quem dirijo hoje uma saudação emocionada e um reconhecimento que nunca poderá ser suficiente:...

Aplausos do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP.

... deram-nos mais do que o fim da ditadura; deram-nos a liberdade de sermos nós próprios, de escolhermos o nosso caminho.

Aplausos do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Isaiah Berlin lembrava-nos que a liberdade tem pelo menos duas dimensões: a liberdade «de», a ausência de coerção; e a liberdade «para», a capacidade de cada um realizar o seu potencial. John Stuart Mill ensinava que «sobre si mesmo, sobre o seu próprio corpo e mente, o indivíduo é soberano». E Hannah Arendt via na liberdade não apenas uma condição individual, mas uma prática coletiva: a capacidade de agir em conjunto no espaço público.

A liberdade é, assim, mais do que um conceito abstrato; é a possibilidade concreta de escolher, de falar, de criar, de discordar, sem medos. É a dignidade de cada pessoa reconhecida e protegida.

Numa democracia, a liberdade não é um acessório; é o seu fundamento. Sem liberdade de expressão, não há debate; sem liberdade de imprensa, não há escrutínio; sem liberdade de associação, não há participação.

Na vida de cada pessoa, a liberdade traduz-se em oportunidades reais: estudar, trabalhar, amar, pensar, acreditar ou não acreditar, sonhar e construir.

Mas a liberdade não vive isolada, está profundamente ligada à paz. Num tempo em que assistimos com inquietação a guerras que devastam países e destroem vidas, compreendemos melhor esta ligação.

A liberdade é também inseparável da cultura. Uma sociedade livre é uma sociedade que cria. A cultura floresce onde há liberdade de pensamento e de expressão. Sem liberdade, a cultura empobrece; com liberdade, ela torna-se um espaço de encontro, de diversidade e de imaginação.

A liberdade é igualmente condição indispensável para o progresso científico. Onde não há liberdade académica, o conhecimento estagna e a inovação esmorece. Sociedades livres são aquelas que permitem aos seus investigadores pensar sem medo, errar, testar e descobrir. É assim que se constrói o futuro de um país.

Vivemos também numa era em que os algoritmos e sistemas de inteligência artificial influenciam cada vez mais as nossas escolhas. A liberdade, neste contexto, exige transparência, responsabilidade e escrutínio democrático sobre estas tecnologias.

Não podemos aceitar que decisões com impacto na vida das pessoas sejam opacas ou incompreensíveis. A liberdade implica garantir que a tecnologia serve o ser humano, e não o contrário.

Aplausos do PS, do L e do BE.

A liberdade também exige responsabilidade e instituições íntegras. Não há verdadeira liberdade sem transparência no exercício dos cargos públicos.

Aplausos do PS, do L, do BE e do JPP.

Os cidadãos têm o direito de saber como são tomadas as decisões que afetam as suas vidas. A transparência dos donativos políticos é essencial para garantir uma democracia saudável e justa.

Aplausos do PS, do L, do BE, do JPP e de Deputados do PCP.

Quando o financiamento é claro e acessível, os cidadãos conseguem compreender quem apoia quem e com que interesses.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. **Presidente da República**: — Tornar públicos os donativos não é uma questão administrativa, é um compromisso com a ética e respeito pelos portugueses.

Aplausos do PS, do L, do BE e do JPP.

Porque onde há opacidade cresce a suspeita, onde há clareza fortalece-se a legitimidade.

Aplausos do PS, com os Deputados Isabel Alves Moreira e Pedro Delgado Alves de pé.

A liberdade exige justiça a tempo e horas. Quando os processos e os julgamentos se arrastam indefinidamente, a confiança dos cidadãos é corroída e é a própria liberdade que fica comprometida.

Aplausos dos Deputados do PS Isabel Alves Moreira e Pedro Delgado Alves.

O combate à corrupção é outra prioridade inadiável. A corrupção distorce a vontade democrática, desvia recursos que pertencem a todos e mina os alicerces do Estado de direito. Combater a corrupção é defender a igualdade, a justiça e, em última análise, a liberdade.

Aplausos do PS, do L e do BE.

Não podemos esquecer: a liberdade é inseparável da dignidade material das pessoas. A pobreza limita escolhas, condiciona oportunidades e muitas vezes silencia vozes. Quem vive na precariedade extrema não é plenamente livre para decidir o seu caminho.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. **Presidente da República**: — Combater a pobreza, reduzir desigualdades e garantir condições de vida dignas não são apenas objetivos sociais — são exigências fundamentais de uma sociedade verdadeiramente livre.

Aplausos do PS, do L, do BE, do PAN, do JPP e de Deputados do PCP.

Livre e justa! E confesso mais uma vez, a este propósito, que tenho muita dificuldade, tenho mesmo muita dificuldade em compreender que as mulheres ganhem menos do que os homens no desempenho da mesma atividade, pelo facto de serem mulheres.

Aplausos do PS, da IL, do L, do PCP, do BE, do PAN, do JPP e de Deputados do PSD.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, dirijo-me agora, em particular, aos jovens portugueses. Sei que vários dos desafios que enfrentam são duros. É verdade que é a geração com mais instrumentos, mais conhecimento e mais conexões do que qualquer outra na história do nosso país. No entanto, o presente está a hipotecar o futuro dos mais jovens.

Não é justo, não é aceitável que continuemos a tratar as alterações climáticas como um problema de amanhã. Com as intempéries que atingiram várias regiões de Portugal, recebemos o alerta de que o

amanhã já chegou. O clima não espera pelo calendário político, pela conveniência egoísta de algumas gerações ou pelos interesses de alguns setores económicos.

Aplausos do PS, do L, do BE, do PAN, do JPP e de Deputados do PCP,

Os jovens de hoje são os que melhor compreendem esta urgência e os que estão mais capacitados para a enfrentar. Todos nós temos a obrigação de deixar um legado de qualidade de vida aos nossos filhos, e o Estado tem a obrigação de corresponder ao desejo das novas gerações de combater o desafio das alterações climáticas.

Também não podemos esquecer ou deixar no silêncio outros fenómenos que surgem com maior incidência nas gerações mais novas, como é o caso da saúde mental. Um sofrimento de silêncios: nas estatísticas, nas salas de aula, no emprego, nas famílias. O sofrimento de uma geração que está a crescer nas incertezas de uma pandemia, do clima, das guerras ou do trabalho precário.

Os Governos não podem desprezar novas valências no Serviço Nacional de Saúde e é imperativo reforçar a formação e o investimento na saúde mental.

Aplausos do PS, do L, do BE e do JPP.

A liberdade de hoje, em particular dos mais jovens, é também a liberdade de ter uma habitação digna, sem a qual o projeto de vida das novas gerações fica suspenso.

Temos hoje jovens que trabalham e, aos 30 anos, ainda vivem na casa dos pais, por impossibilidade de adquirirem ou arrendarem uma habitação. Isto não é apenas um problema de mercado. É um direito que o Estado tem de salvaguardar, é uma exigência da liberdade.

Aplausos do PS do L, do BE e do PAN.

Temos hoje jovens licenciados, com mestrados e doutoramentos, cujas competências são valorizadas no mundo inteiro, e em Portugal ganham salários que não chegam para terem uma vida minimamente confortável.

Quando o talento não é recompensado em Portugal, não é só uma injustiça económica, é uma perda irreparável para o país. Nenhum país se constrói assim e nenhum Presidente pode aceitar isso em silêncio. Eu não o aceito!

Aplausos do PS, do L, do BE, do PAN e do JPP.

Tudo devemos fazer para que os jovens encontrem em Portugal o lugar onde querem construir as suas vidas. Se Portugal deu novos mundos ao mundo, hoje, temos a obrigação de dar novos mundos aos portugueses, aqui, em Portugal.

Caros jovens, eu não venho pedir-vos que amem o 25 de Abril. Não tenho esse direito. Ninguém ama por decreto ou procuração aquilo que não viveu. Quero apenas dizer-vos, de um modo simples: quando deixaste de ser obrigado a combater, a ir para a guerra, foi Abril; quando conduzes um carro e não precisaste da autorização do teu marido ou da família, foi Abril;...

Aplausos do PS e do L.

... quando és mulher e viajas sem ter de pedir autorização ao teu companheiro, foi Abril; quando optas por uma carreira de magistrado ou diplomata e és mulher, foi Abril;...

Aplausos do PS, do L e do BE.

... quando a tua mãe e o teu pai foram à urgência e não lhes pediram que pagassem antes de serem tratados, foi Abril; quando a tua liberdade apela a propor, participar ou assinar uma petição, foi Abril;...

Aplausos do PS.

... quando leste ou partilhaste uma notícia crítica do poder e ninguém te bateu à porta, foi Abril;...

Aplausos do PS, do L, do BE, do PAN e do JPP.

... quando votaste ou decidiste não votar, sem medo de represálias, foi Abril.

Abril está nos gestos. Faz parte da tua vida, porque tens liberdade.

Mas há uma coisa que a minha geração aprendeu: a liberdade não desaparece de uma só vez, desaparece aos poucos. Primeiro, é uma lei que parece razoável; depois, uma instituição que se esvazia por dentro; depois, uma voz que deixa de se ouvir; depois, outra.

O perigo para a democracia raramente chega como nos filmes. É mais frequente afirmar-se com argumentos que parecem inofensivos e, nos dias de hoje, também com algoritmos.

Aplausos do PS, do L, do BE, do PAN, do JPP e de Deputados do PSD e da IL.

Meus caros jovens, sei que muitos de vós desconfiam da política. Percebo as razões. Sim, a democracia tem falhas, às vezes desilude, mas ainda é o único lugar onde a nossa voz conta de verdade. Fora dela não há mais justiça nem mais liberdade. Há silêncio, há medo e imposição.

Aplausos do PS, do L e do BE, do PAN, do JPP e de Deputados do PSD.

Se queremos uma política melhor, não é afastando-nos da política que a mudamos — é participando, tendo coragem para a transformar por dentro. Por isso, o meu apelo aos jovens é simples: estejam atentos.

Quando virem um direito fundamental ser anulado, denunciem alto o que viram. Quando a intolerância esmaga a cidadania, espalhem o alerta, porque rapidamente a noite se apodera do dia. Quando ouvirem a palavra «liberdade» ser usada para a restringir, defendam-na.

Aplausos do PS, do L, do BE, do JPP e de Deputados do PSD e da IL.

Quando sentirem que o insulto substitui o diálogo, continuem a dialogar. Quando sentirem que a vossa voz não conta, não se calem, falem mais alto.

Abril não precisa de guardiões solenes. Precisa de cidadãos atentos, livres e com capacidade crítica.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. **Presidente da República**: — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, a liberdade sente-se quando os nossos jovens podem falar sem medo, mas perde-se quando o silêncio se instala por conveniência ou indiferença.

A liberdade vive quando participam, mas enfraquece quando se afastam. A liberdade constrói-se quando escolhem, mas desaparece quando outros passam a escolher por vós. Está nas vossas mãos defendê-la nos gestos concretos do dia a dia: quando recusam a desinformação e procuram a verdade; quando enfrentam o discurso de ódio com coragem; quando participam na vida democrática, votando, debatendo, exigindo; quando não aceitam a corrupção como inevitável; quando lutam por igualdade de oportunidades, para vós e para os outros.

Não sejam espectadores da democracia, sejam protagonistas. Não se resignem. Não se calem. Não desistam.

Cada geração tem o seu teste, este é o vosso: garantir que a liberdade não enfraquece, não recua, não se perde.

Aplausos do PS, do L, do BE, do JPP e de Deputados do PSD.

Cuidar da liberdade é exercê-la com coragem, é defendê-la com determinação, é transmiti-la inteira e mais forte à geração seguinte.

A liberdade que hoje vivem foi conquistada com coragem, sacrifício e, em muitos casos, com vidas interrompidas. Não a tratem como garantida. Não a aceitem como algo que sempre existiu e, por isso, sempre existirá. A história ensina-nos o contrário e o presente, em tantas partes do mundo, confirma-o todos os dias.

Hoje, quando vemos a democracia ser testada dentro e fora das nossas fronteiras, não podemos hesitar: ou a defendemos com coragem ou arriscamo-nos a perdê-la em silêncio.

Aplausos do PS, do L, do BE, do PAN, do JPP e de Deputados do PSD.

Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr.as e Srs. Deputados, tenho 64 anos; tinha 12 anos quando o 25 de Abril aconteceu. Não o compreendi nesse dia. Fui compreendendo ao longo da minha vida: nas utopias onde me envolvi, nos direitos que conquistei, nas batalhas que ganhei e que perdi, nas pessoas que vi sofrer quando as promessas de Abril não chegaram a tempo.

Sou Presidente porque esse dia existiu. Exercerei os meus poderes e tudo farei de forma que valha a pena ter acontecido. É tudo isso o que vos posso prometer. E é tudo o que Abril pede.

Aplausos do PSD, do PS, do L, do CDS-PP, do BE, do PAN e do JPP, de pé, e de Deputados do CH e da IL.

O Sr. **Presidente**: — Está encerrada a Sessão Solene Comemorativa do LII Aniversário do 25 de Abril de 1974, vamos ouvir o hino nacional.

ÍNDICE DE ORADORES POR SESSÃO

2025

ORADORES

Inês de Sousa Real (PAN)
Paulo Núncio (CDS-PP)
Isabel Mendes Lopes (L)
Mariana Mortágua (BE)
António Filipe (PCP)
Rui Rocha (IL)
André Ventura (CH)
Pedro Nuno Santos (PS)
Teresa Morais (PSD)
José Pedro Correia de Aguiar-Branco
(Presidente da Assembleia da República)
Marcelo Rebelo de Sousa
(Presidente da República)

2026

ORADORES

Filipe Sousa (JPP)
Inês de Sousa Real (PAN)
Fabian Figueiredo (BE)
João Pinho de Almeida (CDS PP)
Alfredo Maia (PCP)
Rui Tavares (L)
Mariana Leitão (IL)
José Luís Carneiro (PS)
André Ventura (CH)
Hugo Soares (PSD)
José Pedro Correia de Aguiar-Branco
(Presidente da Assembleia da República)
António José Seguro
(Presidente da República)

ÍNDICE DE *DIÁRIOS DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA*

Diário da Assembleia da República, XVI Legislatura,
1.ª Sessão Legislativa, I Série, n.º 106,
de 26 de abril de 2025

Diário da Assembleia da República, XVII Legislatura,
1.ª Sessão Legislativa, I Série, n.º 84,
de 27 de abril de 2026